unicuritiba >

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA – UNICURITIBA DO GRUPO ÂNIMA
EDUCAÇÃO
JULIANA PACHECO DE OLIVEIRA**

**ANÁLISE DA PROTEÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO
DE MEDIDAS ANTIDUMPING**

Curitiba
2023

JULIANA PACHECO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA PROTEÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO
DE MEDIDAS ANTIDUMPING**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Instituição de Ensino Centro Universitário Curitiba, como requisito parcial para obtenção de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Mandagaran Gallo

Curitiba

2023

JULIANA PACHECO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA PROTEÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL ATRAVÉS DA
APLICAÇÃO DE MEDIDAS ANTIDUMPING**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, Instituição de Ensino Superior Centro Universitário Curitiba do Grupo Ânima Educação.

Curitiba, 24 de novembro de 2023.

Dedico este trabalho, aos meus amados
pais Hélio e Márcia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me capacitar e permitir concluir esta etapa. A minha família por todo suporte, amor e cuidado, sem os quais este trabalho não seria possível. Especialmente ao meu pai, Hélio sou grata por sempre demonstrar interesse e incentivo ao tema. E a minha mãe, Márcia por não me deixar desistir.

Agradeço em especial, ao meu orientador Professor Rafael Mandagaran Gallo, por sua atenção constante, comentários, supervisão, sugestões e principalmente por transmitir seu conhecimento de maneira singular no campo das Relações Internacionais. Sua orientação foi fundamental para conclusão deste trabalho.

A todos os professores que me acompanharam no decorrer do curso, transmitindo seus ricos conhecimentos, atenção e dedicação no processo de formação profissional ética dos seus alunos.

A Professora Patrícia Tendolini Oliveira, pela dedicação na coordenação e busca constante em atender as necessidades dos alunos do curso.

RESUMO

O presente trabalho promove a análise da proteção à indústria nacional através da aplicação de medidas antidumping. Para isso, inicialmente será abordado o processo de evolução do regime multilateral do comércio internacional, a partir da perspectiva da globalização e conseqüente liberalização do comércio, que traz consigo a necessidade de regulamentação multilateral. Em seguida, observar-se-á as práticas protecionistas utilizadas pelos Estados a fim de proteger suas indústrias e mercados. Além de apresentar as formas e justificativas ao protecionismo, bem como seus efeitos. Por conseguinte, será abordada a prática desleal do comércio definida como dumping, apresentando desde sua apuração até a aplicação de medidas antidumping. Neste aspecto, serão abarcadas as determinações através do disposto no Acordo Antidumping do GATT, e a sua aplicação na legislação brasileira. Com base nos relatórios fornecidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) a presente monografia buscará analisar a evolução das práticas antidumping no Brasil, e a possível utilização da medida antidumping como barreira à entrada de produtos estrangeiros no mercado doméstico. Nesse sentido, pontuará perspectivas sobre o Decreto 8.058/2013 da legislação brasileira, e por fim, os efeitos trazidos pela aplicação do direito antidumping e possíveis alternativas à sua aplicação.

Palavras-chave: Comércio Internacional. Dumping. Protecionismo. Antidumping. Interesse Público.

ABSTRACT

This work promotes the analysis of the protection of the domestic industry through the application of anti-dumping measures. To this end, the process of evolution of the multilateral international trade regime will initially be addressed, from the perspective of globalization and consequent liberalization of trade, which brings with it the need for multilateral regulation. Next, we will observe the protectionist practices used by States in order to protect their industries and markets. In addition to presenting the forms and justifications for protectionism, as well as its effects. Therefore, the unfair trade practice defined as dumping will be addressed, from its investigation to the application of anti-dumping measures. In this aspect, the determinations will be covered through the provisions of the GATT Antidumping Agreement, and its application in Brazilian legislation. Based on reports provided by the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services (MDIC), this monograph will seek to analyze the evolution of anti-dumping practices in Brazil, and the possible use of anti-dumping measures as a barrier to the entry of foreign products into the domestic market. In this sense, it will highlight perspectives on Decree 8,058/2013 of Brazilian legislation, and finally, the effects brought about by the application of anti-dumping law and possible alternatives to its application.

Keywords: International Trade. Dumping. Protectionism. Antidumping. Public Interest.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARU – Acordo Antidumping da Rodada Uruguai

AAD – Acordo Antidumping

AD – Antidumping

AO – Órgão de Apelação

BIRD – Banco Internacional para Desenvolvimento e Reconstrução

CAMEX – Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior

CCDC – Comitê Consultivo de Defesa Comercial

CTNs – Corporações Transnacionais

CPA – Comissão de Política Aduaneira

DECOM – Departamento de Defesa Comercial

DTT – Departamento Técnico de Tarifas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

GTIP – Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIC – Organização Internacional do Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

OSC – Órgão de Solução de Controvérsias

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de investigações antidumping abertas de 2000 a 2021	29
Tabela 2 – Medidas de Defesa Comercial em vigor por categoria de uso (2023)	33
Tabela 3 – Oferta da Produção Nacional nas investigações no Brasil (2021-2022) ..	36
Tabela 4 – Suspensões e Alterações por Interesse Público em vigor (2023)	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. EVOLUÇÃO DO REGIME MULTILATERAL DO COMÉRCIO.....	5
2.1 GLOBALIZAÇÃO E A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO.....	9
2.2 REGULAMENTAÇÃO MULTILATERAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	11
3. PROTECIONISMO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	12
3.1 FORMAS DO PROTECIONISMO.....	13
3.2 JUSTIFICATIVAS AO PROTECIONISMO.....	14
3.3 EFEITOS DAS MEDIDAS PROTECIONISTAS.....	16
4. CONCEITO E INVESTIGAÇÃO DE DUMPING.....	17
4.1 DETERMINAÇÃO DE DANO E NEXO CAUSAL.....	20
4.2 APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ANTIDUMPING.....	22
4.2.1 JUSTIFICATIVAS PARA APLICAÇÃO DE MEDIDAS ANTIDUMPING.....	24
5. POLÍTICA ANTIDUMPING NO BRASIL.....	26
5.1 PRÁTICAS ANTIDUMPING DO BRASIL.....	29
5.2 UTILIZAÇÃO DA MEDIDA ANTIDUMPING COMO BARREIRA À ENTRADA NO MERCADO DOMÉSTICO.....	34
5.3 PERSPECTIVAS SOBRE O DECRETO 8.058/2013.....	39
5.3.1 CLÁUSULA DO INTERESSE PÚBLICO.....	41
5.3.2 REGRA DO MENOR DIREITO.....	45
5.4 EFEITOS DAS MEDIDAS ANTIDUMPING.....	46
5.5 ALTERNATIVAS ÀS MEDIDAS ANTIDUMPING.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, prospecta analisar a prática de proteção à indústria doméstica através da aplicação das chamadas medidas antidumping. Para isso, é necessário elucidar o processo de evolução do comércio internacional. Sabe-se que a troca de produtos entre os países é uma prática exercida durante anos, iniciou-se através do mercantilismo e evoluiu para o que chamamos hoje de comércio internacional. Mas, foi após o conflito da Segunda Guerra Mundial que surgiu a necessidade de regulamentar o comércio entre os Estados, para que com o aumento do processo de compra e venda não se perpetuasse um governo anárquico. Diante disso, no primeiro capítulo observar-se-á o desenrolar e evolução do regime multilateral do comércio, até a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em 1947, conhecido como GATT, que servirá como ponto de partida e base de princípios para o estabelecimento da OMC.

Todavia, em um cenário de economia globalizada e interdependente, é possível a utilização de medidas protecionistas pelos Estados do sistema internacional, objetivando modificar o fluxo comercial. Geralmente buscando favorecer seus produtos nacionais, caracterizando dessa forma, uma política que se contrapõe a liberalização. Dessa forma, neste trabalho demonstra-se as formas de protecionismo, que variam entre barreiras tarifárias e não tarifárias, e as justificativas utilizadas pelos Estados para sua utilização. Dentre as justificativas mais comuns para aplicação de medidas de protecionistas, o autor Marlon Tomazette afirma ser a proteção à indústria nacional. Welber Barral, também menciona que o efeito mais buscado ao se aplicar uma medida protecionista, é o aumento da produção local, através da elevação do preço do produto estrangeiro competidor.

A partir desse pressuposto, percebeu-se a aplicação do direito antidumping como uma maneira dos Estados partes do Acordo se defenderem das práticas desleais realizadas no comércio internacional, mas, também de utilizá-lo como uma barreira a entrada de produtos estrangeiros em seu mercado nacional. Nesse sentido, foi apresentado o conceito da prática de dumping, que é definido pelo GATT, como a exportação de um produto líquido de seus custos de transação a preço inferior ao seu valor normal. Ou seja, é uma forma de exercício desleal do comércio internacional, ao promover a discriminação de preços entre os compradores em diferentes mercados

nacionais. Assim, o Acordo Antidumping é definido como um instrumento legal internacional que visa combater a prática desleal do dumping, e garantir condições de comércio justas e equitativas, protegendo as indústrias domésticas contra o impacto prejudicial do dumping.

A partir das considerações apresentadas, analisar-se-á o processo de investigação de dumping e aplicação das medidas antidumping, de maneira a entender as diferentes justificativas à imposição ao direito antidumping. Justificativas estas, que podem ser definidas como econômicas, políticas e jurídicas. No Brasil, como apresentado no capítulo 5, a ratificação ao Código Antidumping da Rodada Uruguai ocorreu somente em 1987, e foi a partir de 1991 que as investigações contra o dumping passaram a ser invocadas com mais frequência. Por meio da tabela 1, foi possível identificar que a partir de 2008 houve um aumento expressivo de investigações no país, tal fator é explicado pelo momento de crise mundial que o sistema internacional enfrentava. E, enfatiza a afirmação de Voon, de que, em momentos de crise é suscetível que o uso de medidas de proteção comercial aumente, devido à pressão interna por proteção à indústria doméstica.

Ainda, em estudo da política antidumping brasileira, verificou-se a possibilidade das medidas antidumping utilizadas no país, possuírem caráter protecionista e de barreira à entrada ao competidor externo. Por meio da Tabela 2, foi demonstrado o grande percentual de aplicação do direito antidumping, sobre bens intermediários, os quais são essenciais no processo produtivo de outras indústrias que os utilizam como matéria prima. A aplicação excessiva sob estes bens, pode afetar negativamente também o consumidor, que terá acesso a um produto com valor elevado, sem necessariamente ser mais tecnológico ou eficiente. Bem como a tabela 3, demonstrou o grau de concentração dos mercados, a partir da quantidade de produtor nacional para o produto sob investigação antidumping. Revelando, maior índice de investigação sob produtos que têm como produtor nacional de um a três indústrias, o que caracteriza a prática monopolista e oligopolista.

Este trabalho ainda, buscará apresentar as perspectivas pertinentes ao Decreto nº 8.058/13, responsável pela atribuição da legislação antidumping. O mesmo, apresenta alguns pontos de discricionariedade, que possibilita que a aplicação do AD seja mais protecionista ou não, a depender da interpretação da autoridade

administrativa responsável. Não obstante, procurou-se trazer também, perspectivas positivas quanto a aplicação brasileira, com destaque à cláusula do interesse público e regra do menor direito.

E por fim, através da análise elaborada, prospecta-se o exame dos efeitos gerados pela aplicação das medidas antidumping à proteção da indústria doméstica, abrangendo também, os efeitos trazidos ao consumidor e à economia como um todo. Além disso, apresentar-se-á alternativas a ótica de sua aplicação, a fim de que se potencialize as implicações positivas da utilização de medidas de defesa contra práticas desleais do comércio.

2. EVOLUÇÃO DO REGIME MULTILATERAL DO COMÉRCIO

A estruturação do regime multilateral do comércio tem como base de partida as interações com as transformações históricas mundiais, sendo elas estabelecidas no plano político e econômico. Seus fundamentos teóricos, estão interligados a uma visão liberal do comércio internacional. Para entender a linha de evolução do regime multilateral do comércio, é preciso analisar o período pós Segunda Guerra Mundial, pois foi a partir dele que se estabeleceram as relações para reestruturar a economia mundial.

Através disso, percebeu-se a necessidade que a nova ordem econômica demandava de um sistema que regulasse o comércio internacional, para que, com o aumento das relações comerciais de compra e venda entre os países, não se perpetuasse um sistema anárquico. Nesse sentido, a primeira medida a ser implementada foi a Conferência de Bretton Woods, que prospectou através dos seus pilares alcançar uma ordem no campo monetário e financeiro internacional, além de combater as políticas de protecionismo. Após o conflito, os países europeus e o Japão encontravam-se devastados diante das consequências do mesmo, porém, no caráter bélico e político, Estados Unidos e União Soviética caracterizavam-se como superpotências, ao passo que no plano econômico os Estados Unidos lideravam exclusivamente como superpotência.

Sobretudo pela sua liderança e capacidade econômica, como maior credor do mundo, com uma quantidade expressiva de reservas em divisas, e grande capacidade de exportar manufaturados e capitais, os quais eram drasticamente demandados pelos

Estados atingidos pelo conflito mundial, os Estados Unidos tinham o pressuposto para impor essa nova ordem monetária internacional. Havia o desejo de dividir o sistema internacional em duas zonas de influência, uma estabelecida pela União Soviética, e a outra pelos Estados Unidos, o qual passou a voltar sua política econômica e monetária para expansão do seu desenvolvimento e prática de um capitalismo internacional.

Outrossim, a Conferência foi de extrema relevância para o Sistema Multilateral do Comércio, pois ela debateria sobre o imperialismo como causador dos conflitos internacionais, acusando práticas protecionistas prejudiciais ao comércio internacional, onde a solução para reestruturação econômica mundial seria o livre mercado e comércio. Através da ideia norte americana de “quem pagava mais as contas?” e sua liderança nesse cenário, fundou-se o FMI (Fundo Monetário Internacional) com a função de promover e prover a liquidez internacional, auxiliando os Estados com dificuldades financeiras, bem como o BIRD (Banco Internacional para Desenvolvimento e Reconstrução) para empréstimos aos países mais prejudicados com a Segunda Guerra Mundial. Segundo Oliveira:

Por outro lado, ainda que a Conferência de Bretton Woods tenha sido ratificada a necessidade da construção de um sistema multilateral de livre-comércio para a estruturação do sistema econômico mundial no pós-guerra, não houve condições de se tratar do assunto durante a Conferência. Assim, ficou acertado que uma reunião especial deveria ser convocada nos anos seguintes para tratar do tema, como de fato ocorreu. (OLIVEIRA, 2007, p.222).

A reunião especial, citada pelo autor Ivan Tiago Machado Oliveira, de fato ocorreu, onde houve a busca da formalização da Organização Internacional do Comércio (OIC). Porém ela não chegou a sair do papel, devido a não ratificação da Carta de Havana pelos Estados Unidos. Isso se deu, devido ao fato de a Conferência ter um tom desenvolvimentista, e obter apoio de países latino-americanos a zonas de preferências comerciais a esses países menos desenvolvidos. De acordo com Almeida, a Carta da OIC apresentou tantas ambiguidades, lacunas e exceções, que somente dois países chegaram a ratificá-la, a Austrália de modo condicional e a Libéria incondicionalmente. (ALMEIDA, 2004)

Assim, o Sistema Multilateral do Comércio, ainda estava sem uma organização que suprisse a carência de uma regulamentação concisa. Nesse processo de busca

pela regulamentação, cria-se o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em 1947 (GATT) que estabeleceu os princípios básicos do Sistema Multilateral do Comércio. É importante ressaltar que, o Acordo não se trata de uma organização internacional, e sim um Tratado, que busca dentro de sua centralidade regulamentar as tarifas aduaneiras e o comércio, para que se perpetue a liberalização e diminuição das barreiras tarifárias impostas ao mesmo. A sua problemática estava no descumprimento dos Estados, e na inexistência de um órgão de solução de controvérsias. Composto pelos comitês e painéis, que ao chegar em uma decisão, não tinha força jurídica para se alcançar a obrigatoriedade.

[...] emergiu de negociações que visavam remover barreiras ao comércio e não de negociações que tivessem por objetivo o estabelecimento de regras gerais de comportamento das relações comerciais entre os países. (VALLS, 1997, p.3)

Dessa forma, havia uma imensa insustentabilidade de se manter o livre comércio sem, de fato um órgão que pudesse efetivar o cumprimento dos princípios de liberalização e regulamentasse de forma coercitiva o Sistema Multilateral do Comércio. Em 1970 foram identificadas novas barreiras sobre o comércio, conforme analisa Lia Valls:

A década de setenta foi caracterizada por importantes mudanças na economia mundial. O Japão e a Comunidade Europeia consolidam suas posições como concorrentes dos Estados Unidos no comércio mundial. Os novos países industrializados tornam-se detentores das vantagens comparativas em produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra. Avançam as inovações tecnológicas nos chamados novos setores da Terceira Revolução Industrial acirrando a concorrência entre os países desenvolvidos e acelerando o processo de transformação em suas estruturas produtivas. O sistema de taxas de câmbio fixas negociado no pós-guerra muda para um sistema de taxas cambiais flutuantes. A crise do petróleo, em 1973, interrompe o ciclo da expansão iniciado no pós-guerra e os países desenvolvidos enfrentam problemas de desemprego estrutural e aceleração inflacionária. Crescem as restrições comerciais praticadas pelos países desenvolvidos, dado o cenário de ajustes na estrutura produtiva e fatores conjunturais recessivos. (VALLS, 1997, p. 7)

Através dessa nova conjuntura no cenário internacional, surgiram novas rodadas no GATT em busca de solucionar os desafios impostos, entre essas, a Rodada Kennedy e Tóquio que adotaram uma abordagem linear para os cortes tarifários. A Rodada

Tóquio, lançada em 1973, não se limitou às partes contratantes do GATT. Esta estabeleceu códigos mais rigorosos para as medidas não-tarifárias, mas eles só se tornaram obrigatórios para os países que os aceitaram.

Além disso, a rodada resultou na decisão de dar um tratamento diferencial e mais favorável, reciprocidade e participação plena aos países em desenvolvimento. (IPEA, 2007). Em 1986 inicia-se uma nova rodada, a Rodada Uruguai, que, com as mudanças substanciais nas negociações multilaterais do comércio, buscou realizar a mais ampla e complexa negociação comercial multilateral sob os auspícios do GATT. Dessa forma, suas negociações trouxeram além do tradicional tema da liberalização comercial de bens, os temas da propriedade intelectual e do comércio de serviços. O processo de negociação foi longo, estimavam-se quatro anos para conclusão, mas atingiu aproximadamente oito anos de duração, e em 1994 foi assinado o acordo que concluiu a rodada e estabeleceu a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 1995, entre suas disposições estabelece, a liberalização do comércio com a diminuição das barreiras tarifárias e não tarifárias, a vigilância e gestão de acordos comerciais, com o desenvolvimento de acordos multilaterais para possibilitar a liberalização, e função de depositária desses tratados para visualização do seu cumprimento. Além de realizar a administração e aplicação do seu tratado constitutivo. O sistema de solução de controvérsias do regime, agora fundamentado na regra do *consenso negativo* e com mecanismos de *enforcement* aprimorados com o órgão de apelação (AO) do órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Este órgão é um mecanismo único no sistema internacional, uma vez que medidas consideradas inconsistentes com as regras do sistema multilateral de comércio devem ser modificadas, para não serem passíveis de retaliação comercial pela parte ganhadora. Tal possibilidade dá um poder significativo à OMC e a distingue das demais organizações internacionais que não possuem tal poder de sanção. O OSC é considerado um sistema *sui generis*, uma vez que aplica conjuntamente princípios e práticas tanto do Civil Law como do Common Law. Sendo assim, apesar de as decisões dos painéis e das apelações só se aplicarem ao caso em disputa, estas são transformadas em jurisprudência do sistema e passam a orientar as futuras decisões do OSC. (OLIVEIRA, 2007)

2.1 GLOBALIZAÇÃO E A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Pode-se entender a globalização como o processo responsável pela integração dos mercados de países do sistema internacional, provocando a ampla internacionalização das cadeias de produção e dos fluxos financeiros (ALMEIDA, 2004). De fato, historicamente desde as navegações e as trocas de matérias primas, já existia a ideia de uma universalidade da economia capitalista, ou seja, a interdependência econômica dos mercados sempre esteve presente, mesmo que por processos de troca mais primitivos, da forma do mercantilismo clássico às condições atuais do comércio mundial. Sendo assim, o comércio internacional sempre existiu entre os países do globo, a partir da necessidade de cada economia.

Seguramente, em uma economia global, nenhuma nação é autossuficiente, e isso refere-se a fluxos específicos de bens, pessoas e informações. Cada Estado preocupa-se em diferentes níveis no comércio para vender o que melhor produz, bem como comprar o que não tem recursos e eficiência para produzir. Dessa forma, o efeito da globalização influencia o comércio internacional na medida em que desenvolve uma relação de interdependência entre as economias nacionais.

Em especial, pode-se destacar como frutos da globalização a alteração da estratégia competitiva das empresas, a dispersão internacional das etapas do processo produtivo, a homogeneização dos hábitos de consumo e de práticas comerciais, a desregulamentação dos mercados financeiros e de outros setores das economias nacionais e, ainda a formação de blocos regionais de livre comércio. (NUSDEO, 2002, p. 137-138).

Sendo assim, a globalização está para além de uma transformação meramente política e social, mas é um processo histórico de mudanças estruturais e esse é caracterizado pelas intensas mudanças na conjuntura da economia internacional, com o aumento de transações e conexões entre os Estados.

Dentro dessas mudanças, entende-se a globalização da produção como o processo no qual se estabelece a produção de bens e serviços em mais de um país e a partir de uma estratégia global de vendas essa produção será voltada ao mercado mundial. Através desse dinamismo, no comércio internacional é observado cada vez mais a presença de grandes corporações transnacionais (CTNs).

Ademais, por meio das mudanças estruturais, o comércio serve cada vez mais como um fluxo de produtos entre redes de produção que são organizadas em caráter global. As transformações globais que redesenham a ordem política e econômica internacional têm um impacto considerável tanto no papel do Estado quanto na própria natureza das relações internacionais. Em primeiro lugar, há uma alteração nos padrões de regulação e de intervenção do Estado, ligada a mudanças na ordem internacional. O peso crescente e o novo caráter das relações econômicas transnacionais criaram um contexto mais constringente para a ação do Estado.

Neste processo de interdependência econômica, é notória a criação de um mercado unificado, regido por um acirramento da concorrência, que gera para os Estados a necessidade de atualização, aumento da produtividade e racionalização de processos, para que possa atuar no mercado com uma margem competitiva. Com base nessa relação, Paulo Roberto de Almeida afirma:

[...] no sentido de que, os mercados se apresentam como necessariamente relacionais e interativos. Na esfera econômica, efetivamente, os ciclos de atividades das economias nacionais são cada vez mais determinados pelos equilíbrios externos e pelos vínculos de interdependência que se estabelecem em escala planetária. (ALMEIDA, 1999, p. 34)

Dessa forma, as consequências da interdependência gerada pelos Estados são de bom tom à liberalização do comércio, dado ao fato de que a concorrência e busca pela atividade no mercado é um excelente instrumento para o desenvolvimento do comércio, além de beneficiar os consumidores que estarão cada vez mais sujeitos a produtos melhores, mais tecnológicos e com preços menores.

Portanto, no âmbito da liberalização e interdependência, é necessário a instituição de um corpo normativo, sendo essencial a existência de normas e processos que garantam o livre-comércio entre os países do sistema multilateral. Como já analisado no primeiro capítulo desse trabalho, o processo de evolução do regime multilateral do comércio se iniciou após a segunda grande guerra, e chegou ao que chamamos hoje de OMC. Outrossim, apesar do discurso liberal, existem ainda formas de protecionismo praticadas pelos Estados, para defesa de suas indústrias nacionais, que podem ser definidos atualmente, como os maiores problemas enfrentados pela Organização Mundial do Comércio.

2.2 REGULAMENTAÇÃO MULTILATERAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Diante da expansão do comércio internacional, fica evidente que o cenário atual é marcado por uma densa rede de comércio e investimento, que evoluiu de forma a determinar os contornos do atual cenário internacional. As mais importantes dessas consequências é o fim das fronteiras entre políticas domésticas e políticas externas, principalmente a do comércio externo. Tal fato exige que o comércio de bens e serviços e o investimento passem a ser coordenados em níveis multilaterais e que as regras de conduta dos parceiros comerciais passem a ser controladas e arbitradas também em nível internacional. (THORSTENSEN, 1998)

Na espera da regulamentação multilateral do comércio internacional, regida pela Organização Mundial do Comércio que engloba os acordos relativos ao GATT, bem como os resultados da Rodada Uruguai, há os termos e condições para que se efetive a competição dos Estados no comércio internacional. As suas funções estão definidas no art. 3º do Acordo Constitutivo, e compreendem administração de acordos, servir de foro para negociações comerciais, resolução de controvérsias e monitoramento das práticas dos Membros no comércio, auxílio aos países em desenvolvimento e a cooperação com outras organizações internacionais. Para cumprir com suas funções e objetivos, desdobrasse a OMC na seguinte estrutura: Conferência Ministerial, Conselho Geral, Secretariado, Órgão de Solução de Controvérsias e Órgão Permanente de Apelação.

As bases da regulamentação se voltam essencialmente ao princípio da não-discriminação e da reciprocidade. Sendo assim, a não-discriminação é o princípio básico da OMC. Esse princípio expressa que, um benefício que é dado a um dos membros deverá ser fornecido aos demais membros do acordo.

Todas as vantagens, favores, privilégios ou imunidades acordados por uma parte contratante a um produto originário de um país ou com destino a ele serão, imediatamente e sem condições, estendidos a todo produto similar originário ou com destino ao território de todas as outras Partes Contratantes. Isto se aplica aos direitos aduaneiros e a toda e qualquer espécie de imposições aplicáveis à importação ou exportação. (Art. I GATT, 1947)

Enquanto o princípio do tratamento nacional, prevê a reciprocidade voltada ao impedimento de tratamento diferenciado de produtos nacionais e importados, quando o objetivo for discriminar o produto importado desfavorecendo a sua competição com o produto nacional.

As partes contratantes reconhecem que as taxas e outras imposições interiores (nacionais), assim como as leis, regulamentos e prescrições que afetam a venda, compra, transporte, distribuição ou utilização de produtos no mercado nacional, e os regulamentos quantitativos nacionais prescrevendo a mistura, a transformação ou a utilização em quantidades ou em proporções determinadas de certos produtos não deverão ser aplicadas aos produtos importados ou nacionais de maneira a proteger a produção nacional. (Art. I GATT, 1994)

Por meio dos princípios citados, fica notória a carência que liberalização do comércio tem a respeito da regulamentação multilateral. A fim de que se estabeleçam relações comerciais livres e transparentes.

3. PROTECIONISMO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ao analisar o decorrer da evolução do comércio internacional, é possível observar que a globalização econômica enseja a formação de um mercado mundial que deve ser objeto de regulamentação multilateral no sentido da liberalização do comércio, sem deixar de garantir a aplicação de certas medidas protecionistas. Assim, ao contrário do que se costuma asseverar, o atual processo de globalização impõe uma regulamentação multilateral do comércio internacional, pautada por princípios que militam no sentido da liberalização comercial fazendo certas concessões ao protecionismo. (TOMAZETTE, 2010) Dessa forma, entende-se que no cenário interdependente se faz necessário o estabelecimento de algumas concessões, para que se corrija possível distorção do comércio internacional.

Assim, explica-se o protecionismo como uma maneira de contraposição a liberalização comercial, que busca ao utilizar-se de medidas modificadoras do fluxo comercial, proteger e favorecer produtos nacionais. Essa prática quando estabelecida favorecerá o produtor nacional, desfavorecendo o produtor internacional. (BARRAL, 2002) Na concepção jurídica contemporânea, o protecionismo pode ser permitido ou proscrito. Como explica Barral:

Foram mantidas, como exceções à regra geral do livre comércio, algumas medidas que podem ser adotadas pelos Estados-membros da regulamentação multilateral, e que se destinam claramente à proteção de seu mercado. (BARRAL, 2002, p.15)

3.1 FORMAS DO PROTECIONISMO

Dentre as medidas protecionistas, estas podem ser estabelecidas como barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Tomazette explica as barreiras tarifárias, como a adoção de tarifas aduaneiras sobre os produtos importados, objetivando o aumento do preço, que resultará ao incentivo do consumo de produtos nacionais. Assim, ao elevar os preços dos produtos importados, os tributos incidentes sobre eles permitem que sua competitividade diminua em relação aos produtos nacionais. (TOMAZETTE, 2010)

Ao passo que as barreiras não tarifárias incluem, além de medidas de fronteira, como cotas: medidas cujo efeito distorcido no comércio é sentido ao longo da cadeia de comercialização (a exemplo dos padrões, regulamentações de distribuição, representados pelas medidas técnicas, sanitárias e fitossanitárias); políticas domésticas (como os subsídios); e medidas direcionadas às exportações, que podem estimulá-las ou restringi-las (MELO; NICITA, 2018).

O autor Welber Barral menciona ainda que, é notório que no comércio internacional em sua evolução exista uma menor aplicação de barreiras tarifárias, que está intrinsecamente ligada ao aumento de aplicação das barreiras não tarifárias.

O êxito das rodadas de negociação do GATT pode ser atestado pelo fato de que, em 1947, a média de tarifas aplicadas sobre bens era de 40%, ao passo que, ao final da Rodada Uruguai (1994), essa média caiu para 5%. De fato, desde o início da vigência do GATT até o início da Rodada Uruguai, muito se logrou em matéria de liberalização do comércio internacional através de redução de barreiras tarifárias. (BARRAL, 2002, p. 16)

Este fenômeno pode ser explicado principalmente pela evolução simultânea entre livre comércio e o protecionismo. Dessa forma, entende-se que com o aumento da concorrência, exista um cenário favorável à aplicação de medidas protecionistas por parte das autoridades internas de determinado Estado. A partir disto, os chamados grupos de pressão, são atores fundamentais para o aumento do protecionismo, suas

ações ganham protagonismo principalmente em setores mais tradicionais da economia, onde já exista um certo grau de organização e articulação política entre os membros.

Além disso, outras causas que levam à utilização do protecionismo são, o apoio popular, que se baseia no discurso realizado através da percepção que o produto estrangeiro, concorre de maneira injusta com produtos nacionais. E a formação de acordos regionais, que, mesmo com o objetivo principal de liberalização comercial, muitas vezes permite a uniformização de barreiras aplicadas coletivamente pelos Estados membros deste acordo, para com produtos de Estados que não fazem parte dele. (BARRAL, 2002)

3.2 JUSTIFICATIVAS AO PROTECIONISMO

Destarte, sucede que, as medidas protecionistas impostas pelo Estado, seja no âmbito das negociações multilaterais ou no âmbito de apoio eleitoral interno devem ser justificadas de maneira legítima. Entre essas justificativas estão, à proteção ao emprego, a proteção à indústria nacional, seja porque se encontre em fase inicial de desenvolvimento ou esteja ameaçada pelo aumento demasiado de produtos concorrentes importados, bem como a proteção ao consumidor. Contudo, como ressalta o autor Marlon Tomazette, “a justificativa mais comum para a adoção de medidas protecionistas diz respeito à proteção à indústria nacional nascente, que se encontra ameaçada pelos concorrentes estrangeiros.” (TOMAZZETE, 2010, p.69)

Welber, também destaca que:

Qualquer que seja a justificativa, o efeito buscado com o protecionismo é o estímulo à produção local, por meio da redução da competitividade do produto importado. (BARRAL, 2002, p. 13-38)

No grupo de possibilidades onde se podem aplicar medidas devidamente justificadas, a proteção ao emprego é explicada pela busca em proteger a mão de obra local de possíveis desempregos. Esta justificativa é considerada um ponto positivo relativo ao protecionismo, vista que, ao deparar-se com o livre comércio e a teoria das vantagens comparativas, muitas indústrias ineficientes acabam não sobrevivendo. Este fato, conseqüentemente tende a aumentar o número de desemprego se a mão-de-obra

local não for aproveitada para outros setores. Legitimando a ideia de que a importação diminui a utilização da mão-de-obra local, e provoca o desemprego.

Contudo, Barral afirma que mesmo a justificativa acima citada possa ser considerada como regra:

é de se observar que um ilimitado número de exceções mitiga a validade da correlação entre importações e desempregos. Com efeito, existem hipóteses – como a de importação de insumos, ou de importações que exigem mão-de-obra nacional mais qualificada para sua utilização – que promovem a utilização de mão-de obra e o bem-estar nacional. (BARRAL, 2002, p.18)

Também, a justificativa pró-indústria nacional, ampara-se na proteção temporária, seja devido a fase nascente, em que existe a necessidade de proteção aos novos setores industriais. Observando a dificuldade de uma indústria nascente em concorrer com produtos fabricados de maneira muito mais experiente e eficaz por empresas estrangeiras. Ou porque encontra-se em situação de ameaça, dado ao aumento temporário de importações de determinados produtos concorrentes.

A justificativa da proteção à indústria nacional é legitimada pelos mecanismos de defesa comercial presentes no GATT/OMC, que permite por exemplo, a proteção à indústria nascente, dentro de determinados parâmetros conforme Art. XVIII, a. do GATT. (ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO, 1994)

Ainda, este argumento encontra oposições quanto à sua validade, no que se refere ao custo que tais medidas de proteção à indústria nacional podem trazer para economia nacional. Em muitos casos a proteção através de barreiras aos concorrentes importados por meio de subsídios concedidos pelo Estado, ao proteger uma indústria ineficiente resulta em um custo muito elevado. Custo este, que pode ser irrecuperável para o conjunto econômico nacional. (BARRAL, 2002)

Maia também analisa, que, a concessão de subsídios podem ser prejudiciais ao onerar consumidores nacionais, que serão impactados através dos impostos concedidos a um setor específico da economia. O mesmo, também destaca que tais medidas protecionistas podem acarretar alguns prejuízos aos países como a segmentação da produção impossibilitando que o produto estrangeiro supra às necessidades dos importadores nacionais, especialmente durante guerras. Além de provocar uma situação de comodismo da indústria nacional, em que esta não acredita

ter que buscar melhorar seus processos de produção e produtos dado ao fato da não concorrência, com a garantia de um mercado cativo. Provocando assim, reservas de mercado e monopólios que são prejudiciais a economia e consumidores nacionais. (MAIA, 1995)

Ademais, o argumento inerente à manutenção e proteção de valores sociais se respalda em evitar que certos valores imateriais da sociedade, sendo eles morais, religiosos ou culturais sejam comprometidos com a importação de alguns produtos estrangeiros. Ou que possam ameaçar à segurança local, à saúde, bem como na exigência de modelos que obedeçam a regras locais relativas à saúde ou ao consumo. (BARRAL, 2002)

3.3 EFEITOS DAS MEDIDAS PROTECIONISTAS

Alguns fatores são determinantes para os efeitos de políticas protecionistas, considerando por sua vez, que, os benefícios ou prejuízos advindos por essas políticas são variáveis. Através da dimensão do mercado afetado, a elasticidade da demanda do produto afetado e a competitividade estrutural do país. Estes efeitos são estabelecidos em vários níveis, tais como, a produção local do produto, os preços mundiais, a balança de pagamentos do país, e instabilidade política.

- a) Produção local: no geral, as medidas protecionistas ocasionam um estímulo na produção local; porém se a indústria estiver em um grau ineficiente tal objetivo não seja cumprido; da mesma forma, a meta não é alcançada se o mercado tiver um controle oligopolista;
- b) Preços mundiais: dependendo de como a medida de proteção é implementada e principalmente, da dimensão do mercado, as políticas protecionistas ali inseridas podem gerar um impacto significativo nos preços mundiais; observa-se que, na maioria das vezes esses mecanismos influenciam os preços para baixo;
- c) Balança de pagamentos: considerando que, para realizar importações é necessário a utilização de recursos nacionais, com a aplicação de medidas protecionistas e a diminuição da importação, há a diminuição de saídas da balança de pagamentos do Estado; as tarifas geram receita para o Estado;

d) Instabilidade política: baseado no fato de que, medidas protecionistas emitidas por um Estado, pode gerar represálias por parte dos Estados atingidos, gerando um efeito como o de medidas compensatórias, podendo ocasionar uma avalanche de medidas restritivas ao comércio;

Também é possível observar os efeitos dos custos de eficiência, estes demonstram que, manter setores ineficientes podem custar muito caro à economia nacional como um todo, com o desvio de recursos importantes para outros setores significativos para economia do Estado.

Ao explorar os fatores citados, é possível observar que existem muitos efeitos ao protecionismo, da mesma forma como no livre comércio há várias formas de repercutir no mercado mundial e interno de cada país. Porém, é necessário estudar como cada política protecionista é implementada para chegar-se a uma conclusão. Uma vez que cada governo em sua singularidade possui diferentes capacidades de intervenção, com diversos graus de eficiência. (THORSTENSEN, 1994)

Isso explica o fato de que em alguns momentos, políticas protecionistas aplicadas foram de extrema importância para o desenvolvimento industrial e econômico de alguns países, como também, não tiveram resultados positivos para outros. Elucida-se também, o fato de o regime multilateral do comércio permitir algumas medidas protecionistas mesmo em um cenário de livre comércio, ao considerar a conjuntura de maximização da busca pelos efeitos positivos de ambas as políticas. Justificando assim, que tanto o livre comércio quanto o protecionismo podem auferir benefícios para as nações.

4. CONCEITO E INVESTIGAÇÃO DE DUMPING

A prática de dumping é definida pelo Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT) no artigo VI como a exportação de um produto (líquido de custos de transação) a preço inferior ao seu valor normal, isto é, ao preço praticado no mercado doméstico do país exportador para produto similar. (CALIANI; JÚNIOR; 2021)

A norma também indica requisitos precisos para a aplicação do direito antidumping (AD), uma forma de proteção contingente ao dumping, em que se determina que a discriminação de preços causa dano material à indústria doméstica do país importador, ou que retarda seu estabelecimento. A cobrança do direito antidumping

não deve exceder a margem de dumping auferida pelas firmas estrangeiras – diferença entre o valor normal e o valor praticado a preço de dumping. (ACORDO ANTIDUMPING, 1994)

Dessa forma, no sentido amplo e econômico o dumping é essencialmente caracterizado pela “discriminação de preços entre os compradores em diferentes mercados nacionais” (VINER, 1923, p.4)

Na legislação brasileira, conforme destacado do art. 7º do Decreto n. 8.058/2013 determina-se:

a prática de dumping a introdução de um produto no mercado doméstico brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback¹, a um preço de exportação inferior ao seu valor normal. (BRASIL, 2013)

O Acordo Antidumping determina o valor normal, o produto similar e o preço de exportação da maneira em que, o primeiro é determinado a partir das vendas do produto similar normalmente no mercado interno do país exportador. Quando o mercado doméstico do país exportador não demanda tal produto, por motivos específicos de seu comércio interno, ou demande em baixa escala, a medição da margem no preço normal será feita através das vendas realizadas a um terceiro país. Isso só será possível se o preço for representativo, ou com base no custo de produção local do exportador, com a adição de custos administrativos, para comercialização, outros custos e margem de lucro. (FERREIRA, 2014)

Quanto ao produto similar, este tem que ser estabelecido como produto igual em todos os aspectos. Em sua ausência, será considerado um outro produto que embora não seja de todo igual, apresente características muito próximas ao produto investigado. Já o preço de exportação diz respeito ao valor pago ou a pagar pelo produto exportado, líquido de tributos e descontos. A diferença entre este para com o valor normal, acima citado, é igual a margem de dumping. Dessa forma, faz-se necessária a determinação e estabelecimento destas variáveis para verificação da prática do dumping. (ACORDO ANTIDUMPING, 1994)

¹ Regime aduaneiro especial, que autoriza a suspensão ou eliminação de tributos incidente na aquisição de insumos utilizados para industrialização de produtos destinados à exportação.

A Organização Mundial do Comércio não proíbe a prática de dumping, contudo, somente a existência do mesmo não é passível de imposição de medidas antidumping. Para aplicação de tais medidas é necessário que além da prática do dumping, exista dano à indústria doméstica e nexos causal entre dumping e o dano. Para que seja certificada a presença de dumping e dano, deve ser feita uma minuciosa investigação que é conduzida e gerenciada pela autoridade investigadora da indústria reclamante. Assim, quem tem autoridade para iniciar as investigações é a indústria nacional, bem como autoridades de um terceiro país interessado. Vide Artigo 5 do Acordo Antidumping:

“5.1 [...] uma investigação para determinar a existência, o grau e o efeito de qualquer dumping alegado será iniciada por meio de petição formulada por escrito pela indústria doméstica, ou em seu nome;

5.2 A petição mencionada no parágrafo 1 deverá incluir demonstração de (a) dumping, (b) dano, no sentido do disposto no artigo VI do GATT 1994, tal como interpretado neste Acordo, e (c) nexos causal entre as importações a preços de dumping e o dano alegado. Simples declarações desacompanhadas de demonstração bem fundamentada, não poderão ser consideradas suficientes para satisfazer o requerido neste parágrafo [...] (Acordo sobre a Implementação do Art. VI do GATT, 1994, p.151)²

Assim, iniciada uma investigação ela deve ter o prazo de duração, de no máximo um ano. Salvo casos específicos e especiais onde se é possível estender o prazo com tanto que não ultrapasse dezoito meses. E em casos de existência de vínculo entre o país produtor e exportador, e ambos estejam em situações de mercados localizados e integração regional, terão regras especiais onde prevalecem as regras dos acordos internos aos blocos.

Durante o processo investigatório, as autoridades deverão verificar a veracidade das informações as quais baseiam suas decisões. Sendo possível a realização de investigações no território de outros membros para coleta de pormenores, com a condição de que a empresa envolvida seja notificada e o governo do membro tenha autorizado. (ACORDO ANTIDUMPING, 1994)

² Art 5.1 [...] an investigation to determine the existence, degree and effect of any alleged dumping shall be initiated upon a written application by or on behalf of the domestic industry.

Art 5.2 An application under paragraph 1 shall include evidence of (a) dumping, (b) injury within the meaning of Article VI of GATT 1994 as interpreted by this Agreement and (c) a causal link between the dumped imports and the alleged injury. Simple assertion, unsubstantiated by relevant evidence, cannot be considered sufficient to meet the requirements of this paragraph [...]

Ainda, é preciso destacar a necessidade da apuração exata da margem de dumping, não somente no momento inicial da investigação para que seja verificado a fidedigna existência da prática, quanto no encerramento e arquivamento da investigação, que ocorrerá nos casos em que a margem seja inferior a 2%, nomeada como “margem de *minimis*”, vide Art. 3 do AD.

4.1 DETERMINAÇÃO DE DANO E NEXO CAUSAL

No que diz respeito à determinação de dano, o termo deve ser entendido como dano material a uma indústria doméstica, ameaça de dano material, ou o atraso efetivo na concretização de uma indústria nacional. (THORSTENSEN, 1999)

A determinação do dano aliado ao nexo de causalidade é o requisito necessário para que uma empresa seja julgada e condenada à realização de reparo a prática de dumping desleal praticada por ela. Em sua essência jurídica o dano é conceituado a partir do pressuposto de perda ou prejuízo, que caracteriza uma subtração patrimonial provocada pela ação de outrem. Nesse sentido, o AARU (Acordo Antidumping da Rodada Uruguai) em seu artigo 3 estipula dois princípios para determinação da existência de dano, sendo elas: a) o volume das importações com dumping e seus efeitos sobre os preços domésticos.

A partir desse princípio, a investigação deve considerar se houve um aumento realmente significativo nas importações em termos absolutos, ou com base na fabricação e consumo no país importador; b) o impacto dessas importações sobre a indústria doméstica do produto similar. Onde se deve avaliar se existiu uma significativa queda no preço do produto similar, ou se o resultado foi deprimir ou impossibilitar a elevação dos preços dos produtos similares nacionais. (BARRAL, 2000)

É compulsório o levantamento e verificação de todos os fatores econômicos inerentes à indústria, prospectando a avaliação do impacto do dumping a indústria nacional. A autora Vera Thorstensen destaca dentre os fatores citados:

A queda de vendas e do possível potencial de vendas, lucros, produção, participação no mercado, produtividade, retorno sobre investimentos, ou utilização de capacidade; fatores afetando preços domésticos; a magnitude da margem de dumping; e, efeitos no fluxo de caixa, estoques, salários, crescimento, habilidade de levantar capital ou investimentos. (THORSTENSEN, 1999, p. 112)

Dessa forma, a ocorrência de ameaça de dano deve alicerçar-se em fatos e não em suposições e possibilidades remotas. A legislação exige a constatação contundente de um evento futuro, que mesmo ainda sem efeitos concretos na economia, causará com certeza baseada em fatos, dano à indústria nacional.

Conforme artigo 3.7 do AARU, na determinação de existência de ameaça de dano material, as autoridades deverão considerar, *inter alia*, os seguintes fatores:

- a) indicativo de possível aumento das importações com dumping;
- b) suficientes quantidades disponíveis ou aumento da capacidade produtiva que resultam na probabilidade de aumento das exportações para o mercado do Membro importador;
- c) importações realizadas com preços significativos o suficiente para deprimir ou suprimir preços internos, e que possivelmente aumentarão a busca por novas importações;
- d) estoque do produto sob investigação.

O artigo 3.5 do AARU dispõe que, mesmo com a averiguação dos fatores citados, e com a determinação do dano material, é necessário demonstrar que são as importações com dumping que causam o dano à indústria. Essa demonstração se dá pelo nexo causal, que é fundamentado por todas as provas importantes investigadas e levantadas pelas autoridades nacionais. Isto porque, muitas determinantes além do dumping podem causar dano a uma indústria nacional.

Outros fatores que podem causar dano, para além das importações provenientes de dumping são:

- a) o volume e preços de importações sem dumping;
- b) o impacto do processo de liberalização;
- c) a contração na demanda ou mudança nos padrões de consumo;
- d) práticas restritivas ao comércio pelos produtores domésticos e estrangeiros;
- e) a concorrência entre eles;
- f) o progresso tecnológico;
- g) o desempenho exportador e a produtividade da indústria nacional.

4.2 APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ANTIDUMPING

As medidas antidumping quando aplicadas, representam um valor adicional ao valor normal a ser pago nas importações realizadas com dumping, que resultem em dano para indústria doméstica. Ainda, em sua natureza jurídica determinam à discricionariedade das autoridades do país importador, assim, as medidas citadas são de origem facultativa. Ficando sob competência das autoridades a imposição ou não destas, mesmo que sejam completadas as determinantes mencionadas nos capítulos anteriores. (BARROS, 2004)

Existem ainda divergências quanto à natureza jurídica das medidas antidumping. Estas teorias mencionam as medidas antidumping como sanção a ato ilícito, imposição tributária e principalmente como uma imposição para-tarifária de intervenção do domínio econômico, que está ligada a ação estatal de incentivo.

No aspecto econômico do direito antidumping, a aplicação dessas medidas promove condições ao ingresso de produtos no mercado nacional, neutralizando os efeitos do dumping. Nesse sentido, atribui-se o emprego de medidas antidumping como uma intervenção do Estado prospectando a garantia da competitividade da indústria. No Brasil, esse argumento encontra respaldo a partir do artigo 174 da Constituição Federal, onde é possibilitada a intervenção do domínio econômico com o principal objetivo de incentivar a economia. (BARRAL, 2000)

É necessário dizer, que, antes da aplicação das medidas antidumping, é possível a determinação de medidas provisórias. Essas, poderão ser aplicadas antes do encerramento do processo de investigação. De acordo com os artigos 7.1; 7.3 e 7.4 do AARU, tais medidas podem ser aplicadas a partir dos seguintes fatores:

- a) somente com a iniciação da investigação;
- b) exista uma determinação preliminar indicando o dumping e dano à indústria doméstica;
- c) se essas medidas sejam consideradas necessárias para frear o dano causado à indústria durante o tempo em que se tramite a investigação.

Ainda, para o uso das medidas provisórias é necessário que estas tenham decorrido sessenta dias do início das investigações. Não podendo ultrapassar o período de quatro meses a vigência dessas medidas.

O Acordo Antidumping também dispõe da possibilidade de suspensão ou encerramento do processo de dumping, em casos que as autoridades optem pelo compromisso de preços. Para que este compromisso possa ser estabelecido, é necessário que este encerre o processo sem a aplicação do direito antidumping e que o exportador se comprometa a rever os preços praticados, ou até mesmo encerre a exportação do produto investigado. Conforme artigo 8.1:

Poderão suspender-se ou dar-se por encerrados os procedimentos sem imposição de medidas provisórias ou direitos antidumping se qualquer exportador comunica sua disposição de assumir voluntariamente compromisso satisfatório no sentido de rever seus preços ou de cessar as exportações a preços de dumping destinadas à região em apreço, de forma a que as autoridades fiquem convencidas de que o efeito danoso do dumping será eliminado. Os aumentos de preço que se realizem sob tais compromissos não deverão ser mais altos do que o necessário para eliminar a margem de dumping. Seria desejável que o aumento de preço fosse menor do que a margem de dumping, caso esse aumento seja suficiente para cessar o dano causado à indústria doméstica. (Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994, p. 156)³

O compromisso de preços pode ser firmado diretamente pelas autoridades do país exportador e importador, como também pode sofrer intervenção do Estado. Contudo, a aceitação do compromisso de preços é discricionária das autoridades competentes, que poderão aceitar ou não. Na hipótese de aceitação do compromisso de preço pela autoridade competente, é obrigatório o fornecimento de informações periódicas pertinentes ao cumprimento dele. Se o compromisso for descumprido as autoridades do país importador poderão tomar providências que poderão resultar na aplicação imediata de medidas provisórias baseadas no princípio da melhor informação possível, bem como impor direitos definitivos. Como previsto no artigo 8.6:

As autoridades de um Membro importador poderão requerer a qualquer tempo do exportador com o qual se estabeleceu um compromisso sobre preços que o mesmo forneça periodicamente informação relativa ao cumprimento do compromisso e que permita verificação dos dados pertinentes. No caso de

³ Art. 8.1 Proceedings may be suspended or terminated without the imposition of provisional measures or anti-dumping duties upon receipt of satisfactory voluntary undertakings from any exporter to revise its prices or to cease exports to the area in question at dumped prices so that the authorities are satisfied that the injurious effect of the dumping is eliminated. Price increases under such undertakings shall not be higher than necessary to eliminate the margin of dumping. It is desirable that the price increases be less than the margin of dumping if such increases would be adequate to remove the injury to the domestic industry.

violação de compromisso, as autoridades do Membro importador poderão, por força do presente Acordo e em conformidade com o disposto nele, tomar prontas providências que poderão consistir na imediata aplicação de medidas provisórias apoiadas na melhor informação disponível. Nesses casos, direitos definitivos poderão ser percebidos, ao abrigo deste Acordo, sobre produtos que tenham entrado para consumo até 90 dias antes da aplicação das referidas medidas provisórias, não podendo essa cobrança retroativa, porém, atingir importações que tenham entrado antes da violação do compromisso. (Acordo Sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994, p. 157)⁴

4.2.1 JUSTIFICATIVAS PARA APLICAÇÃO DE MEDIDAS ANTIDUMPING

Como brevemente analisado no capítulo anterior, no processo de aplicação das medidas antidumping existem divergências quanto as justificativas para tal aplicação. Nesse sentido, é necessário separar as justificativas em econômicas, políticas e jurídicas.

No que tange a justificativa pautada no aspecto econômico, esta reside no fato de que a aplicação das medidas antidumping contribuiriam para a preservação da economia contra efeitos nocivos da discriminação internacional de preços. Nesse sentido, Barral coloca como resultado da discriminação internacional de preços: a) custo social negativo e b) violação das leis antitruste. (BARRAL, 2000) Contudo, dúvidas quanto a eficácia dessa justificativa permeiam os estudiosos do tema, visto que, uma vez que ao aplicar medidas antidumping baseadas na discriminação de preços e práticas monopolistas, não estariam considerando a própria prática do dumping.

O autor Marlon Tomazette, também destaca o argumento econômico pautado na proteção da produção nacional, demonstrando que, sob a perspectiva do livre comércio, a eliminação dos produtores ineficientes aconteceria naturalmente devido aos seus precários processos de produção. Não podendo atribuir à aplicação de medidas antidumping o papel de repressão a este efeito. (TOMAZETTE, 2007)

⁴ Art. 8.6 Authorities of an importing Member may require any exporter from whom an undertaking has been accepted to provide periodically information relevant to the fulfilment of such an undertaking and to permit verification of pertinent data. In case of violation of an undertaking, the authorities of the importing Member may take, under this Agreement in conformity with its provisions, expeditious actions which may constitute immediate application of provisional measures using the best information available. In such cases, definitive duties may be levied in accordance with this Agreement on products entered for consumption not more than 90 days before the application of such provisional measures, except that any such retroactive assessment shall not apply to imports entered before the violation of the undertaking

E por último, quanto a linha econômica das justificativas, está o papel inibitório do dumping sobre os investimentos no mercado importador, que seriam levados ao mercado exportador. Nesse caso, as medidas antidumping serviriam para evitar os redirecionamentos destes investimentos, oferecendo aos produtores nacionais melhores condições.

No aspecto político, as medidas antidumping são explicadas como um meio de política jurídica, pois, promovem a conciliação entre o interesse na liberalização do comércio e os interesses locais de grupos guiados por medidas protecionistas. Dessarte, de maneira política, os produtores nacionais têm a oportunidade de pressionar o seu governo em busca de uma forma regulamentada de proteção comercial pautada nas aplicações das medidas antidumping. Funcionando assim como uma alternativa ao livre comércio, onde governos buscam contrabalançar os efeitos negativos que a liberalização pode eventualmente proporcionar ao seu mercado interno, protegendo-os da concorrência gerada pela entrada de exportadores. (BARRAL, 2000)

Concomitantemente, é preciso observar a justificativa que permeia o campo jurídico. Os fatores que explicam a aplicação de medidas antidumping para a justificativa jurídica é a proteção da livre concorrência, a proteção ao consumidor, proteção do mercado nacional e eficiência produtiva da indústria nacional.

Evidencia-se como fundamento da legislação antidumping a defesa da livre concorrência. Consequentemente, a aplicação de medidas antidumping demonstrariam a proteção à livre concorrência ao inibir a prática desleal do comércio fundamentada no dumping. No que diz respeito a proteção ao consumidor, a prática recebe críticas, visto que ao aplicar uma medida antidumping o preço do produto importado será elevado, ato que não beneficia os consumidores. Sendo assim, entende-se que a preocupação maior não é propriamente o consumidor, mas sim os prejuízos que o dumping nesta situação pode causar para a indústria doméstica.

A justificativa da proteção ao mercado nacional transporta a ideia de que a prática do dumping afeta os produtores nacionais negativamente, e causa crises sociais ao país importador. É válido dizer que, os resultados negativos da produção nacional podem ocorrer mesmo sem a presença do dumping. A proteção específica de um ramo

da indústria nacional pode não trazer efeitos positivos ao importador. (TOMAZETTE, 2007)

Não obstante, a justificativa referente a proteção à eficiência produtiva da indústria nacional segundo Barral, não deve ser considerada somente como a produção a menor preço, mas também deve estabelecer a eficiente realização de valores sociais por meio de instrumentos criados pela própria sociedade. (BARRAL, 2000)

5. POLÍTICA ANTIDUMPING NO BRASIL

No Brasil, em 1979 o país assumiu o compromisso de aderir ao Código Antidumping da Rodada de Tóquio, porém, aplicou o mesmo em sua política comercial apenas oito anos depois. Visto que, em sua conjuntura econômica, o Brasil nos anos oitenta, se colocava ainda como uma economia fechada. Somente em 1987, com a ratificação ao Código Antidumping da Rodada, que veio a se estabelecer a regulamentação interna sobre o antidumping. Em 1990 foi eleito o Presidente Fernando Collor de Mello, e iniciou-se um processo de liberalização comercial.

Nesse momento, o plano de abertura comercial prospectava o aumento da eficiência da indústria brasileira, para isso adotou medidas de redução de níveis de proteção tarifárias e eliminação de barreiras não tarifárias. Com o efeito da concorrência internacional, o país sentiu a necessidade de aderir um novo enfoque. Neste novo cenário era favorável a estratégia de liberalização com a abertura regional entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que mais a frente, daria início ao Mercosul. E ainda, o país começa a expressar mais interesse e participação nas negociações multilaterais da Rodada Uruguai do GATT.

Ao término da Rodada Uruguai, surgem mudanças significativas no âmbito internacional no aspecto da defesa comercial. O que resultou no estabelecimento de um novo Acordo Antidumping, o qual o Brasil teve pressa em ratificar. A Ata de Marraqueche foi firmada em 1º de abril de 1994, contento o acordo constitutivo da OMC. O Brasil demonstrou preocupação em manter firmes as obrigações estabelecidas no plano internacional sobre o comércio multilateral, através do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

Internamente, o primeiro responsável pelas normas e procedimentos de aplicação das medidas antidumping no Brasil foi a Comissão de Política Aduaneira

(CPA), porém essa foi extinta, uma vez que a indústria mantinha elevadas tarifas e controles administrativos como meio de proteção. Quem recebeu suas atribuições e funções foi o Departamento Técnico de Tarifas DTT, que faz parte da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT).

Dessa forma, entre os órgãos competentes pela aplicação do direito antidumping, tem-se a Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) que faz parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) que é responsável por todo o processo que tenha o dumping como objeto. Como prevê o Art. 5 da Lei nº 9.019/95:

Compete à SECEX, mediante processo administrativo, apurar a margem de *dumping* ou o montante de subsídio, a existência de dano e a relação causal entre esses. (BRASIL, 1995)

Foi criado o Departamento de Defesa Comercial (DECOM), órgão que faz parte da estrutura da SECEX, a fim de atender as novas demandas do país no que diz respeito ao comércio internacional. Exercendo a responsabilidade da condução das investigações antidumping, de acordo com sua própria estrutura. Entre suas disposições o DECOM deve analisar a procedência, bem como o mérito das petições realizadas na defesa da indústria doméstica, acompanhar juntamente à OMC as normas de aplicação dos mecanismos sobre dumping, subsídios e medidas compensatórias e salvaguardas. Ainda, deve acompanhar a investigação de aplicação de medidas de salvaguardas e compensatórias estabelecidas em produtos exportados pelo Brasil, bem como prestar assistência aos exportadores brasileiros submetidos a investigações antidumping em articulação tanto em órgãos governamentais como em setores privados.

A mérito consultivo em relação as questões pertinentes a investigações antidumping, foi criado o Comitê Consultivo de Defesa Comercial (CCDC). Assim, o CCDC irá examinar todas as decisões, tanto preliminares quanto finais relacionadas as investigações antidumping elaboradas pelo DECOM.

Conforme o Art. 2 do Decreto nº 8.058 de 2013 prevê, compete ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, com base nas recomendações contidas em parecer do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio

Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – DECOM, a decisão de:

- (i) aplicar ou prorrogar direitos antidumping provisórios ou definitivos;
- (ii) homologar ou prorrogar compromissos de preços;
- (iii) determinar a cobrança retroativa de direitos antidumping definitivos;
- (iv) determinar a extensão de direitos antidumping definitivos;
- (v) estabelecer a forma de aplicação de direitos antidumping, e de sua eventual alteração;
- (vi) suspender a investigação para produtores ou exportadores para os quais tenha sido homologado compromisso de preços, nos termos do art. 67;
- (vii) suspender a exigibilidade de direito antidumping definitivo aplicado, mediante a exigência de depósito em dinheiro ou fiança bancária na hipótese da Subseção I da Seção III do Capítulo VIII, assim como determinar a retomada da cobrança do direito e a conversão das garantias prestadas;
- (viii) suspender a aplicação do direito antidumping na hipótese do art. 109.

Assim, é possível identificar que a partir do momento em que o Decreto nº 8.058/2013 passou a vigorar, os processos se automatizaram, com o encurtamento de prazos para abertura e encerramento das investigações. Sendo estabelecidos os prazos para imposição de direitos antidumping provisórios que equivalem a 120 dias da instauração da investigação e regulamentados os conceitos dos requisitos precisos para a aplicação dos direitos antidumping. Ainda, é importante destacar que a partir do Parecer nº86/2016 do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos, da Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União, as avaliações do DECOM sobre o dumping, dano enexo de causalidade passam a ser vinculadas ao Conselho de Ministros da Camex, com exceção dos casos em que seja possível a aplicação da cláusula de interesse público prevista no Art. 3º do decreto nº 8.058/2013:

Em circunstâncias excepcionais, o Conselho de Ministros poderá, em razão de interesse público:

I - Suspender, por até um ano, prorrogável uma única vez por igual período, a exigibilidade de direito **antidumping** definitivo, ou de compromisso de preços, em vigor;

II - Não aplicar direitos **antidumping** provisórios; ou

III – Homologar compromisso de preços ou aplicar direito antidumping definitivo em valor diferente do que o recomendado, respeitado o disposto no § 4º do art. 67 e no § 2º do art. 78. (BRASIL, 2013)

Sendo assim, resume-se o processo da aplicação de medidas antidumping no Brasil inicialmente com a apresentação de petição, que será analisada pelo DECOM, e através de sua análise será expressa a resposta se haverá a abertura da investigação. Ainda, serão feitas audiências mediante solicitação em que se deve entregar argumentos dos interessados na investigação. Realizada a audiência final, a SECEX deve informar os fatos que basearam seu julgamento. No encerramento do processo investigatório, caberá a CAMEX, a decisão da imposição ou não das medidas antidumping, após recomendação do DECOM, em que deverá conter a determinação positiva de dumping, de dano à indústria doméstica e de nexo de causalidade entre ambos, conforme prevê art. 75 do Decreto nº 8.058/2013:

O DECOM só recomendará a aplicação de direitos **antidumping** quando tiver alcançado uma determinação final positiva de **dumping**, de dano à indústria doméstica e de nexo de causalidade entre ambos. (BRASIL, 2013)

Dessa forma, dentro das hipóteses em que estejam as práticas de dumping, é possível também estabelecer o encerramento das investigações sem a imposição das medidas antidumping, em casos que não haja a existência dos elementos que caracterizam a prática, ou ainda se a margem de dumping for de *minimis*. A conclusão da não aplicação das medidas antidumping será respaldada através de circular da SECEX.

5.1 PRÁTICAS ANTIDUMPING DO BRASIL

No Brasil, a partir de 1988 foram iniciadas as primeiras investigações de dumping. E foi através do processo de abertura econômica do país, em 1991 que as normas antidumping passaram a ser invocadas com mais frequência. Na tabela abaixo, é possível observar a quantidade de investigações abertas por ano e sua evolução:

Tabela 1 - Quantidade de investigações antidumping abertas de 2000 a 2021

Ano de Abertura	Nº de Investigações abertas	Nº de Medida Antidumping Aplicada
-----------------	-----------------------------	-----------------------------------

2000	10	4
2001	18	6
2002	16	9
2003	17	13
2004	13	6
2005	13	7
2006	23	20
2007	18	16
2008	28	20
2009	18	13
2010	40	17
2011	22	10
2012	63	50
2013	65	42
2014	44	28
2015	38	29
2016	23	20
2017	17	15
2018	40	32
2019	36	30
2020	34	27
2021	35	25

Fonte – Elaboração própria a partir de relatório da DECOM 2022.⁵

Com base nos números apresentados na tabela, relata-se que a experiência brasileira com as práticas antidumping se intensificaram a partir de 2008. Esta evolução na intensificação é explicada pelo julgamento de uma política comercial protecionista da época. De acordo com Barral, em momentos de crise econômica é comum que os países busquem aderir uma postura mais favorável à proteção interna. (BARRAL, 2002)

Observada a tendência de aumento na aplicação, Firme e Vasconcelos enfatizam em seu artigo, que o uso das medidas antidumping aumentaram após

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/estatisticas-e-historico/relatorios-anuais-decom/relatorios-de-defesa-comercial-2> Acesso em 24 de novembro de 2023.

Rodada Uruguai, e pode-se dizer que o antidumping tornou-se uma das principais barreiras protecionistas da atualidade. (FIRME; VASCONCELOS, 2014)

Ainda, é possível explicar o ativismo brasileiro entre os anos de 2010-2014 através do retorno do crescimento econômico interno que aconteceu após a crise de 2008. Vale destacar que em 2011 teve início o Plano Brasil Maior, o qual prospectou incentivar o desenvolvimento industrial, tecnológico e do comércio exterior por meio do estabelecimento de metas para a aplicação de medidas de defesa comercial. As metas estavam intrinsecamente ligadas ao objetivo de maior agilidade no processo decisório na aplicação ou não do direito antidumping. Para isso, foi reduzido o prazo médio de investigações antidumping de quinze para dez meses, e do prazo médio para determinação de direitos provisórios de 240 para 120 dias. Além do aumento do quadro de funcionários do DECOM e da SECEX. Essa mudança na política de defesa comercial explica o aumento expressivo na determinação e aplicação do direito antidumping no Brasil, logo após o anúncio do plano. É suscetível que todas as vezes que países passam por dificuldades econômicas o uso das medidas de proteção comercial irá aumentar, como resultado da elevação da pressão interna por proteção da indústria doméstica. (VOON, 2014)

Ao analisar o cenário evolutivo da aplicação do direito antidumping, observou-se que no Brasil é possível que as medidas antidumping possuam um caráter de barreira à entrada ao competidor externo. Mesmo com o benefício da entrada do produto estrangeiro ao consumidor que terá acesso a produtos com maior inovação e baixo custo, as políticas do país visam o favorecimento da indústria nacional. Outra vertente utilizada para o entendimento do crescente uso das medidas antidumping, é o fato de mercados concentrados terem dificuldade em conseguir o percentual preciso de representatividade da indústria nacional em mercados pulverizados. (CRUZ, 2014)

Ainda, sobre a aplicação do direito antidumping no Brasil, é válido ressaltar a existência e atuação de empresas fabricantes de produtos básicos⁶. Algumas destas empresas têm o hábito de renovar sistematicamente os direitos ao final do período de vigência de uma medida antidumping aplicada. Um exemplo foi a atuação das

⁶ Sraffa explica o produto básico, como aquele que entra, direta ou indiretamente na produção de todas as demais.

fabricantes de PVC no Brasil que desenvolveram intensamente o hábito da renovação dos direitos antidumping.

Essa atitude se sustenta através do “cartão fidelidade”, prática em que as empresas buscam manter seu preço no mercado interno, através da renovação sistêmica de direitos. Em que os principais beneficiários são os monopólios e oligopólios que atuam nas indústrias de bens intermediários, tais como a indústria química e siderúrgica. Dessa forma, no Brasil o mecanismo de proteção manifestou a promoção de interesses da indústria doméstica ineficientes em contrabalançar os supostos efeitos prejudiciais causados pelo dumping. (ARAÚJO, 2017)

Araújo apresenta mais quatro distorções usuais nas medidas antidumping aplicadas pelo governo brasileiro além da que ele chama de “cartão fidelidade”, sendo elas, o protecionismo frívolo, elevação dos custos dos rivais, afronta às normas da OMC e Impactos econômicos e sociais. O primeiro ocorre quando as restrições às importações não são suficientes para sustentar o crescimento da indústria local, apenas prejudicando o restante da economia. A exemplo, tem-se o caso dos pneus para motocicletas. A indústria de pneus para motocicletas tem crescido através do aumento da demanda pelo mercado consumidor no Brasil. No país, atualmente existem 4 empresas atuantes neste setor, sendo elas a Pireli, multinacional italiana, a Maggion, Rinaldi e Levorin. Em 2013, a CAMEX por meio da resolução nº 106 aplicou direito antidumping específico que, em termos *advalorem*, foram até 120% aos preços daquele ano, sobre as importações de pneus para motos vindos da China, Tailândia e Vietnã. Seus efeitos atingiram diretamente os motociclistas consumidores devido a elevação dos preços.

Quanto a elevação dos custos dos rivais, esta ação ocorre quando a empresa petionária produz outros bens a partir do produto sob investigação, então, ao aplicar a medida antidumping em determinado produto, será beneficiada duplamente. Pois o direito antidumping quando aplicado, reduz a pressão competitiva das importações no mercado do insumo e sobe os custos de produção de outras empresas. No que diz respeito a afronta às normas da OMC, o autor apresenta a revisão ao processo de medidas em vigor, nos quais em alguns casos as autoridades brasileiras ignoram o parágrafo 3.7. do Acordo da OMC que prevê, “a determinação de ameaça de dano material será baseada em fatos, e não apenas em alegações, conjecturas ou

possibilidades remotas”. Ademais, os impactos econômicos resultantes das distorções do uso das medidas antidumping são um traço comum nas investigações brasileiras. Visto que, ao realizar as investigações são levados em conta somente os danos causados a indústria peticionária, sem considerar os danos gerados às demais indústrias, consumidores finais, bem como programas sociais e políticas públicas. (ARAUJO, 2017)

Sobre as práticas estudadas, verifica-se expressiva concentração de produtos intermediários na aplicação do direito antidumping. Este fato pode ser explicado pelas dinâmicas e estruturas de mercado de produtores químicos, siderúrgicos e de material plástico, que apresentam atuação voltada ao dumping estrutural, prospectando através da discriminação internacional de preços a maximização de seus lucros. Segundo o estudo realizado por Naidin em 2019, das medidas em vigor durante 2018, totalizavam 162 medidas antidumping aplicadas, onde 61,11% correspondiam a bens intermediários como produtos químicos, metalurgia, plástico e borracha, têxtil, artigos de cimentos, cerâmica, pedras e vidro, e produtos do papel e celulose. Restando 23,46% para bens intermediários referentes a partes e peças, 9,88% bens de consumo durável e 5,55% para bens de consumo não durável. (IPEA, 2019) A tabela abaixo apresenta as medidas de defesa em vigor por categoria de uso em 2023:

Tabela 2 – Medidas de Defesa Comercial em vigor por categoria de uso (2023)

Categoria de Uso	Medidas Antidumping	Medidas Compensatórias	Medidas Compromisso de preços
Bens Intermediários	42	38	3
Bens Intermediários Partes e peças	3	3	0
Bens Intermediários e/ ou Bens de Consumo	2	2	0
Bens Intermediários e/ ou Bens de Capital	2	2	0
Bens de Consumo Durável			

14	14	0	0
Bens de Consumo Não Durável			
3	2	0	1
Bens de Capital			
3	3	0	1

Fonte – Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).⁷

Como apresentado na tabela, em 2023 com base em dados disponibilizados pelo MDIC é possível observar que entre as medidas de defesa comercial em vigor, a aplicação de medidas antidumping sob bens intermediários permanece alta. De 64 medidas antidumping em vigor, 65,62 % equivalem a bens intermediários, ou seja, mais da metade. Dessa forma, indústrias que utilizam tais produtos frequentemente recorrem a cláusula do interesse público a fim de não serem prejudicadas pela aplicação das medidas antidumping, como veremos nos próximos capítulos.

5.2 UTILIZAÇÃO DA MEDIDA ANTIDUMPING COMO BARREIRA À ENTRADA NO MERCADO DOMÉSTICO

Conforme estudado no decorrer deste trabalho, o principal objetivo da aplicação de uma medida antidumping é evitar o dano causado a indústria nacional em um cenário desfavorável e prejudicial resultante de importações realizadas a preço de dumping. De maneira a prospectar a correção e reestabelecimento de condições de concorrência justa no mercado.

No Brasil, ao entendimento de que uma importação possa estar sendo realizada com dumping e através de uma petição da indústria doméstica será realizado o processo investigatório junto ao DECOM. Nesse processo, não existe nenhum tipo de estudo ou análise realizada sobre a oferta de mercado em que a indústria doméstica e demais indústrias fabricantes do produto similar atuem, bem como os efeitos que a aplicação da medida antidumping trariam. Logo, existe a possibilidade do que é

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/medidas-em-vigor/medidas-em-vigor>
Acesso em 02 de novembro de 2023.

chamado pelos estudiosos do tema de “*moral hazard*”, que significa perigo moral. O perigo está na ação do Governo em aplicar o direito antidumping e acabar protegendo empresas nacionais que sofrem concorrência apenas por importações e buscam somente se proteger com a aplicação de medidas antidumping, a fim de garantir a maximização de seus lucros. Por conseguinte, ao iniciarem as investigações estas estariam encontrando uma maneira legítima de evitar a competição gerada pelo produto estrangeiro, dando à medida antidumping neste caso, a atribuição de barreira à entrada no mercado. (SCHMIDT, SOUZA, LIMA, 2014)

Para que a aplicação da medida antidumping não seja utilizada como uma barreira à entrada no mercado, é necessário que seja feita uma análise e estudo do mercado em que se encontra a indústria doméstica petionária. Dessa forma, no panorama brasileiro é preciso observar os perfis de mercados das empresas petionárias, entendendo o grau de concentração das mesmas. Visto que, no Brasil, não é considerado ilegal o ato de uma empresa utilizar-se da aplicação de medidas antidumping para defender-se da concorrência das importações. Cruz, em seu trabalho elabora um exame por meio das investigações antidumping abertas entre 2013 e 2014, do grau de concentração de mercado, com base no produto e quantidade de produtores nacionais que o ofertam. Nesse sentido, de 22 processos que a autora analisa, 40,91% são equivalentes ao número de processos antidumping abertos onde existe apenas 1 produtor nacional ofertante dos produtos investigados (monopólios), enquanto 22,73% é representando por 2 produtores nacionais ofertantes e 13,64% para 3 fabricantes nacionais do produto investigado, restando 22,72% para processos em que existam 4 ou mais produtores nacionais oferecendo o produto. Através dos dados apresentados relatou-se a presença de mercados concentrados, visto que a soma das porcentagens equivalentes a mercados de até três produtores nacional é igual a 77,28%.

A tabela abaixo apresenta a oferta da produção nacional no Brasil através de análise das investigações referente a *dumping* realizadas no ano de 2021 e 2022:

Tabela 3 – Oferta da Produção Nacional nas investigações no Brasil (2021-2022)

Circular SECEX	Produto	NCM	País	Quantidade de Produtores Nacionais
N° 1 - 07/01/2021	Seringas Descartáveis de uso geral	9018.31.11	China	1
N° 8 - 18/02/2023	Espelhos não emoldurados	7009.91.00	China e México	4
N° 9 – 18/02/2021	Canetas esferográficas fabricadas a base de resinas plásticas	9608.10.00	China	1, sendo a que representa 70,8% da produção nacional do produto similar. Demais produtores não identificados pela circular.
N° 16 – 25/02/2021	Ímãs de ferrite cerâmico em formato de anel	8505.19.10	China	2
N° 17 – 26/02/2021	Calçados	6402 a 6405	China	Diversos
N° 18 – 04/03/2021	Fios de Filamentos sintéticos texturizados de poliésteres	5402.33.10	China e Índia	2, sendo responsáveis por 89,1% da produção nacional do produto similar.
N° 19 – 11/03/2021	Meias	6115 e 6111	China e Hong Kong	DIVERSOS
N° 25 – 12/04/2021	Magnésio Metálico em formas brutas	8104.11.00	China	1

N° 48 – 20/07/2021	Magnésio em pó com mínimo de 90% e 10% máximo de al	8104.30.00	China	1
N° 49 – 20/07/2021	Tubos de aço carbono não ligado, sem costura, de seção circular, com diâmetro externo não superior a 374 mm	7304.31.10	China	2, sendo que uma empresa corresponde por 92% da produção nacional do produto similar.
N° 72 – 28/10/2021	Resina de PP	3902.10.20	Estados Unidos	1
N° 79 – 25/11/2021	Barras chats de aço ligado	7228.30.00	China	4
N° 84 – 22/12/2021	Vidros para mesa	7013.49.00	Argentina, China e Indonésia	4, sendo que uma empresa corresponde por 89% da produção nacional do produto similar.
N° 5 – 03/02/2022	Éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG)	2909.43.10	França	1
N° 7 – 17/02/2022	Vidros automotivos	8708.22.00	China	3
N° 8 – 16/02/2022	Batatas congeladas	2004.10.10	Alemanha; Bélgica; França; Países Baixos	2
N° 9 - 16/02/2022	Malhas de Viscose	6004.10.41	China	DIVERSOS
N° 10 – 17/02/2022	Pneus agrícolas de construção diagonal	4011.70.10	China	3
N° 15 - 11/04/2022	Policloreto de vinila (PVC-S)	3904.10.10	Estados Unidos e México	2
N° 17 – 18/04/2022	Sacos de Juta	6305.10.00	Índia e Bangladesh	2
N° 23 – 01/06/2022	Cápsulas duras de gelatina vazias	9602.00.10	Estados Unidos e México	2

N° 25 – 15/06/2022	Poli (tereftalato de etileno) Resina PET	3907.60.00	China, Taipé Chinês, índias e Indonésia	2
N° 27 - 23/06/2022	Acrilato de butila	2916.12.30	Rússia	1
N° 30 – 01/07/2022	Cordoalhas de aço de alto teor de carbono	7312.10.90	China	1
N° 32 – 17/07/2022	N-Butanol	2905;13.00	África do Sul e Rússia	2
N° 34 – 05/08/2022	Soda caustica líquida	2815.12.00	Estados Unidos	DIVERSOS
N° 38 – 19/08/2022	Tubos de aço carbono sem costura de até 5”	7304.19.00	China e Romênia	2, sendo que 1 empresa corresponde por 77% da produção nacional do produto similar.
N° 39 – 19/08/2022	Ésteres acéticos	2915.31.00	Estados Unidos e México	1, sendo uma das empresas que detém 90,0% da produção nacional do produto similar
N° 40 – 22/08/2022	Laminados de alumínio	7606.11.90	China	2
N° 48 – 17/10/2022	Ácido Cítrico	2918.14.00	China	3, sendo que 2 empresas correspondem por 85% da produção nacional do produto similar.

Fonte – Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).⁸

De acordo com as informações presentes nas circulares, das 30 investigações apresentadas, 76,66% correspondem a mercados onde a quantidade é de até 3

⁸ Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/circulares-secex/copy_of_2022. Acesso em 02 de novembro de 2023.

produtores nacionais. O fator demonstra a importância da verificação dos efeitos da aplicação de uma medida antidumping, onde existam investigações envolvendo mercados concentrados e com pouca quantidade de produtores nacionais. Ainda, desse percentual, 29,99% são de produtos que tem apenas 1 produtor nacional representando a indústria doméstica.

Assim, vislumbra-se que para determinação positiva da aplicação de uma medida antidumping, seja prospectado os efeitos gerados não apenas para a indústria doméstica, mas para a economia como um todo, considerando todos os atores afetados, como importadores e consumidores. Dessa forma, quando há presença de mercados concentrados compostos por monopólios e oligopólios na determinação do direito antidumping, entende-se que a medida esteja sendo utilizada como uma barreira à entrada no mercado nacional, se distanciando da sua função principal de proteção a concorrência desleal.

Outro fator que demonstra a oportunidade da utilização do direito antidumping como uma barreira, é a possibilidade de renovação da medida aplicada concedida após revisões de final de período, como prevê artigo 106 do Decreto 8.058/2013, que permite a prorrogação do direito antidumping por igual período, caso seja determinado que a extinção levaria à continuação ou a retomado do dumping e dano decorrentes. E o artigo 112 do mesmo decreto, que estabelece o prazo de dez meses para conclusão da revisão para renovação da medida, contando da data do início da revisão. Além de, em circunstâncias excepcionais o prazo poderá ser prorrogado por mais dois meses. No período de revisão, os direitos permanecerão em vigor e não poderão ser alterados como será analisado no próximo capítulo.

5.3 PERSPECTIVAS SOBRE O DECRETO 8.058/2013

Como visto nos capítulos anteriores o Decreto n° 8.058/2013 regulamenta os procedimentos administrativos referentes à investigação e a aplicação de medidas antidumping no Brasil. Nesse sentido, é importante destacar o papel que compete à SECEX de abertura da investigação, juntamente com o MDIC, aliado com o DECOM. Em caso de determinação da existência de dumping, dano e nexos causal, compete ao Conselho de Ministros da CAMEX a decisão sobre a aplicação ou não do direito antidumping. O decreto prevê que na possibilidade de não entrega adequada dos dados

da investigação, o DECOM poderá elaborar suas determinações de acordo com a “melhor informação possível”. No geral, as investigações de dumping dependem da cooperação das partes interessadas no fornecimento de informações, contudo, não há obrigatoriedade no fornecimento destas. Observa-se tal informação a partir do art. 50 do Decreto:

Os produtores ou exportadores conhecidos, os importadores conhecidos e os demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, receberão questionários indicando as informações necessárias à investigação e disporão do prazo de trinta dias para restituí-los, contado da data de ciência, sem prejuízo do envio de questionários para outras partes interessadas.

§ 1º Será concedida, a pedido e sempre que possível, prorrogação do prazo referido no **caput** por até trinta dias.

§ 2º Poderão ser solicitadas informações adicionais àquelas contidas nas respostas aos questionários, concedendo-se o prazo de dez dias para resposta, contado da data de ciência da solicitação, prorrogável, a pedido e desde que devidamente justificado, por até dez dias.

§ 3º Caso qualquer parte interessada negue acesso à informação necessária, não a forneça tempestivamente ou crie obstáculos à investigação, o parecer referente às determinações preliminares ou finais será elaborado com base na melhor informação disponível, de acordo com as disposições do Capítulo XIV. (BRASIL, 2013)

Dessa forma, a ideia da “melhor informação possível” abre margem a maior discricionariedade para a autoridade investigadora, que poderá considerar ou não os dados apresentados.

Também, o decreto possibilita a revisão da medida antidumping ao final de período de vigência, o que possibilita a prorrogação do direito antidumping se verificado que ao término da medida o dumping voltaria a acontecer, provocando novamente dano à indústria. Ainda, a revisão para prorrogação ou não pode durar até dez meses, podendo ser adiada em mais dois meses de prazo. Os direitos aplicados permanecem durante o processo de revisão, o que pode ocasionar o uso exagerado das medidas antidumping como uma forma de proteção à concorrência por parte da indústria nacional. Sendo assim, pode-se refletir que o direito antidumping no Brasil, poderá ser utilizado de maneira mais protecionista ou não, a depender da percepção da autoridade investigadora, no processo de cálculo de dumping, análise das informações apresentadas e ao utilizar-se da melhor informação possível.

5.3.1 CLÁUSULA DO INTERESSE PÚBLICO

Todavia, existem aspectos que representam o avanço da legislação brasileira no campo da defesa comercial. No AAD existem duas possibilidades de conter a utilização das medidas antidumping que têm maior caráter protecionista, e evitar efeitos não desejados da sua aplicação: a) aplicação da cláusula do interesse público e b) aplicação da regra do menor direito.

Sendo assim, como previsto no artigo 3 do decreto, em razões excepcionais, o Conselho de Ministros poderá em virtude do interesse público, suspender a exigibilidade do direito antidumping aplicado, tanto o direito definitivo quanto o compromisso de preços. Essa suspensão tem o prazo de até um ano e é passível de prorrogação somente uma vez por igual período. Nesse caso, também é possível a não aplicação de direitos antidumping provisórios ou homologar compromisso de preços, ou também aplicar o direito antidumping definitivo em valor diferente do que o recomendado, respeitando o que prevê o § 4º do art. 67 e no § 2º do art. 78. (Decreto 8.058 de 2013)

Destarte, o interesse público representa o contrabalanço de interesses, ou seja, para que seja aplicada a medida antidumping deve ser observado não apenas os efeitos à indústria doméstica, mas a economia como um todo. Considerando os impactos da imposição para todas as partes afetadas. Sendo assim, a ausência da cláusula de interesse público em uma lei antidumping falha em considerar interesses conflitantes. Uma vez que é necessário a análise de interesses e custos para toda a economia nacional a fim de se alcançar o bem-estar econômico. (AGGARWAL, 2004). A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indica que para avaliação do bem-estar econômico é preciso analisar os efeitos da medida antidumping sobre a estrutura do mercado e concorrência, disponibilidade, qualidade e preço de bens e serviços, grupos específicos de consumidores e o investimento da indústria doméstica. (OCDE, 1984) Quanto aos critérios para atribuição do interesse público, carece o exame sobre impacto à indústria *upstream*⁹ a respeito da concorrência e os efeitos em custos sobre usuários industriais, consumidores, importadores e empresas distribuidoras. (MACERA, 2013)

⁹ Indústria que produz o insumo.

Além dos fatores econômicos para o uso da cláusula do interesse público, razões políticas também podem ser usadas. A exemplo, o caso ocorrido em 2004, sobre a importação de pneus de bicicleta originários da Índia e China, onde verificou-se que a hipótese da retomada da prática de dumping e o dano causado à indústria doméstica seria menor que o interesse do Brasil em expandir seu comércio com ambos os países. No Brasil, como estabelece o Decreto nº 8.058/2013 a análise de interesse público deve considerar o procedimento estabelecido pela CAMEX, dessa forma, deve incorporar a constituição do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP). O grupo foi instituído em 2012 e representa um avanço na legislação brasileira, que buscou avançar mesmo que de maneira unilateral, para evitar a aplicação do direito antidumping como forma de barreira ao comércio. Dentre os seus objetivos está o estabelecimento de um setor cujo desenvolvimento é exclusivo para o estudo e análise das petições de interesse público, prospectar aspectos e fundamentos essenciais para a análise e assegurar a observância de princípios estabelecidos para aplicação da cláusula de interesse público, a fim de que seja preservada a segurança e transparência da ampla defesa.

Antes da criação do GTIP a aplicação da cláusula do interesse público ficava voltada muitas vezes a pressões de grupos de interesse, sem decorrer de uma análise dos efeitos da aplicação da medida sobre todos os aspectos econômicos. Hess, destaca ainda que ao observar a aplicação do interesse público, deve-se considerar a sua natureza e objetivo. A fim de evitar um conflito entre as medidas antidumping e o interesse público, tornando o tema um debate “contra ou a favor”. (HESS, 2012)

Sobre a atuação do GTIP, o grupo tem quatro meses para análise e conclusão final para realizar o pedido de suspensão ou alteração das medidas por motivo de interesse público. Sua análise pode ser feita durante ou após a decisão do DECOM. Qualquer parte que se julgue afetada pela aplicação de uma medida antidumping poderá recorrer ao GTIP. Entre os fatores considerados pelo grupo em seu roteiro estão: a) a observação do produto setor ou cadeia em questão, que será afetado pela medida de defesa comercial, e não foi objeto da investigação para aplicação do direito antidumping; b) pontuação dos efeitos da medida sobre a cadeia produtiva; c) análise minuciosa da produção durante os últimos cinco anos, as condições de mercado em que se encontra o produto que foi afetado pela medida de defesa comercial e os

principais produtores nacionais e sua participação no mercado antes da aplicação da medida; d) consumo nacional do produto nos últimos cinco anos e seus principais consumidores; e) porcentagem de importação do produto para o consumo; f) levantamento do custo de produção no último mês, bem como as condições de acessibilidade que o produto tenha; g) a existência de acordos internacionais de preferências tarifárias; h) influência de outros fatores que venham a prejudicar a acessibilidade do mercado do produto; i) possibilidade do produto ser substituído por outros bens substitutos; e j) análise dos valores mensais cobrados nos últimos cinco anos, nacionais ou internacionais dos principais insumos do produto objeto de investigação e do produto propriamente dito.

Através destes critérios utilizados pelo GTIP em seu roteiro de análise, é possível afirmar que no Brasil, a análise para aplicação da cláusula do interesse público está de acordo com a regulamentação e princípios da OCDE, dessa forma, acompanhando a jurisprudência internacional do tema. (MACERA, 2013)

Por conseguinte, a atribuição do GTIP no Brasil, apresentou o avanço em se considerar não apenas os efeitos para as indústrias que competem com o produto, mas para as que utilizam da mesma. Dessa forma, complementa as políticas de defesa comercial, ampliando o escopo da análise do efeito econômico da aplicação do direito antidumping.

Contudo, de 2012 a 2019 houve novas alterações processuais na regulamentação, mantendo os parâmetros processuais para investigações de dumping e análise de interesse público. Nesse sentido, quanto a Portaria da SECEX nº 8/2019 faz-se necessário pontuar a falta de previsão de uma janela processual, que deveria ser enviada ao GTIP. Além de manifestar a competência da CAMEX para decidir sobre o interesse público, independente de haver um processo de investigação prévio. Dessa forma, a duplicidade de fluxos administrativos no processo decisório da Camex, impede o bom aproveitamento da análise, transparência e previsibilidade. Após a criação do GTIP as avaliações deveriam ser realizadas apenas por este meio. (IPEA, 2019)

Ainda, por meio da Portaria da SECEX Nº 237 de 7 de março de 2023, estabeleceu-se a avaliação facultativa de interesse público nas investigações originais de dumping e subsídios. A opção facultativa pode levar a falta de consistência nas decisões tomadas em diferentes casos. Possibilitando manobras de manipulação

política por grupos de pressão, e mais uma vez, permitindo a discricionariedade das autoridades administrativas responsáveis. (BRASIL, 2023)

No Aspecto institucional de defesa comercial no Brasil, Naidin sugere a adoção de um sistema bifurcado no processo decisório do regime de defesa comercial. A autora defende a incorporação de um agente independente com autoridade para impor critérios analíticos contundentes à coerência no âmbito da defesa comercial. Além da imposição obrigatória à consideração do interesse público. Pautado na teoria de defesa comercial, que mostra-se mais ampla do que os acordos da OMC. Assim, ao impor aspectos da defesa comercial para a obrigatoriedade da consideração ao interesse público, prevê a promoção da eficiência econômica de maneira ampla, e o bem-estar do consumidor. Opondo-se ao efeito apenas “*trade remedy*” do regime antidumping. A proposta destaca a importância de distinguir entre a pressão competitiva das importações e os problemas internos de competitividade na indústria doméstica, a fim de determinar o dano e relação causal. E assim, evitar restrições de limitações quando a indústria local tem condições de lidar com a concorrência estrangeira. (IPEA, 2019)

Abaixo a tabela apresenta as três suspensões e alterações por Interesse Público em vigor:

Tabela 4 – Suspensões e Alterações por Interesse Público em vigor (2023)

Medida	Produto	País de Origem
Antidumping	Aço GNO	China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Alemanha
Antidumping	Fios texturizados de poliéster	China e Índia
Antidumping	Vidros para Eletrodomésticos da Linha Fria	China

Fonte – Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).¹⁰

A tabela demonstra a baixa utilização da cláusula do interesse público, que agora, pode ser explicada principalmente pela sua não obrigatoriedade. O que expõe ainda, a tendência protecionista quanto a proteção por meio da aplicação de medidas antidumping no país.

5.3.2 REGRA DO MENOR DIREITO

Sobre a regra menor direito, o artigo 78 do Decreto nº8.058/13 prevê:

§ 1º Ressalvados os casos previstos no § 3º e as decisões da CAMEX amparadas pelo art. 3º, o direito **antidumping** a ser aplicado será inferior à margem de **dumping** sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de **dumping**. (BRASIL, 2013)

O Acordo Antidumping dispõe em seu artigo 9.1 que, se a aplicação de uma medida antidumping inferior à margem de dumping possa eliminar o dano à indústria doméstica, é preferível sua aplicação:

9.1. São da competência das autoridades do Membro importador a decisão sobre a imposição ou não de direito antidumping, quando estiverem preenchidos os requisitos necessários, e a decisão sobre se o montante do direito antidumping a ser imposto será a totalidade da margem de dumping ou menos do que esse valor. É desejável que o direito seja facultativo no território de todos os Membros e que seu montante seja menor do que a margem de dumping, caso tal valor inferior seja suficiente para eliminar o dano à indústria nacional. (Acordo Sobre a Implementação do Artigo VI do GATT, 1944, p.157)¹¹

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/medidas-em-vigor/suspensoes-por-interesse-publico-em-vigor>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

¹¹ Art. 9.1 The decision whether or not to impose an anti-dumping duty in cases where all requirements for the imposition have been fulfilled, and the decision whether the amount of the anti-dumping duty to be imposed shall be the full margin of dumping or less, are decisions to be made by the authorities of the importing Member. It is desirable that the imposition be permissive in the territory of all Members, and that the duty be less than the margin if such lesser duty would be adequate to remove the injury to the domestic industry.

Portanto, a regra do menor direito é resumida na aplicação de uma medida antidumping igual à margem de subcotação¹² em casos que a margem também a supere. Contudo, a sua utilização não expressa obrigatoriedade, o que ocasiona dois obstáculos: a) desequilíbrio entre os países que são adeptos e o que não são e b) a discricionariedade na forma de calcular o menor direito, que varia em cada país.

5.4 EFEITOS DAS MEDIDAS ANTIDUMPING

De fato, a aplicação das medidas antidumping podem gerar diversos efeitos. Como visto no decorrer deste trabalho, ao desempenhar o direito antidumping, procura-se promover a proteção da indústria nacional e estabelecer condições justas no mercado global, superando as práticas desleais do comércio. Partindo desse pressuposto, o resultado desejado é um efeito positivo. O que vem a ser a proteção da indústria nacional, a conservação da capacidade produtora, a manutenção do emprego necessário para garantir a estabilidade econômica e social, a busca pela manutenção da competitividade das indústrias nacionais, estímulo ao investimento, equilíbrio na balança comercial e proteção aos consumidores. Todas estas são as premissas da aplicação de uma medida antidumping.

Contudo, como apresentado nos capítulos anteriores em alguns casos ao ser estabelecida, poderá estar sendo utilizada como uma barreira à entrada de produtos de concorrentes estrangeiros na economia nacional. Como ocorre em casos de mercados concentrados, muitas vezes decorrentes de monopólios e oligopólios principalmente na categoria de bens intermediários. Nesse caso, a aplicação da medida não é desejável pois resultaria em impactos negativos para a concorrência na economia do país. Ainda é importante frisar que, dependendo do mercado e cenário que a indústria doméstica se encontra, ao aplicar o direito antidumping pode-se estar incentivando à formação de cartel, e protegendo uma indústria que muitas vezes tem processo produtivo oneroso e ineficiente.

Outro efeito gerado pela aplicação de uma medida antidumping é o encarecimento do produto importado, que ao se tratar de um bem intermediário utilizado como insumo para outros produtores nacionais, gera uma cadeia de aumento e

¹² Quando a margem de dumping é superior a comparação entre o preço do produto nacional e o preço do produto importado.

encarecimento do processo produtivo, prejudicando o consumidor final e resultando em alguns casos a um processo inflacionário.

A aplicação do direito antidumping também pode provocar desvio de comércio ao reduzir as importações do país investigado, fazendo com que os importadores nacionais busquem outras origens. No contexto do comércio internacional, o desvio de comércio refere-se a prática que envolve a importação e reexportação de produtos através de um país ou território que não é o destino pretendido. Essa prática visa explorar diferenças nas tarifas, regulamentações e políticas comerciais entre diferentes países, prospectando obter vantagens econômicas, muitas vezes às custas do país de destino final.

Barral pontua três fatores principais relacionados ao problema de ineficiência das medidas antidumping, sendo eles: a) medidas desnecessariamente restritivas ou discriminatórias; b) falta de transparência nas medidas utilizadas; c) medidas as quais não têm como objetivo a possibilidade de concorrência e o bem-estar geral. O autor ainda pondera que em termos econômicos o impacto de uma medida antidumping pode ser variável dependendo do setor afetado, porém, geralmente o impacto é negativo visto que, as medidas de salvaguardas ou subsídios teriam impacto mais positivo e apropriado à economia nacional e defesa comercial do que as medidas antidumping. Tal fator advém da ausência de racionalidade econômica das medidas antidumping, visto que, não há justificativas econômicas válidas para sua aplicação, dessa forma, nem sempre seria necessário o uso de tais medidas, já que, em sua maioria, não afetam a livre concorrência. (BARRAL, 2002)

Niels analisa que, embora a utilização das medidas antidumping sejam necessárias para responder as demandas de uma concorrência desleal, a sua utilização pode se tornar tão injusta com os seus usuários e consumidores quanto o dumping com os produtores nacionais, ao utilizar-se destas medidas como barreira ao livre fluxo de mercadorias dificultando o acesso do consumidor aos produtos estrangeiros. (NIELS, 2000) Também, a utilização das medidas pode trazer um efeito prejudicial à livre concorrência em si, ao empobrecer a diversidade e eficiência que o produto pode proporcionar aos seus produtores e consumidores finais. (BARFIELD, 2005)

De fato, a proteção de uma indústria ineficiente pode ser prejudicial a economia do país. Neste quesito, a aplicação de uma medida antidumping pode gerar para as empresas nacionais a esperança de proteção à concorrência. E dessa forma, provocar um cenário cômodo para estas manterem seus processos produtivos sem buscar melhorar seus produtos e eficiência. Tal efeito é negativo, pois dificulta a busca pelo investimento em novas tecnologias por parte dessas empresas, o que impacta diretamente na qualidade e valor dos produtos que os consumidores nacionais terão disponíveis. (TOMAZETTE, 2007)

O autor Finger destaca que, em grande parte, a aplicação das medidas antidumping demonstra a concentração do poder estatal ao considerar interesses privados e não públicos para decidir aplicar ou não o direito antidumping. (FINGER, 1993) Sob tais aspectos, ainda é possível trazer o efeito pretendido ao justificar a aplicação de medidas antidumping para a defesa da livre concorrência e proteção aos consumidores. Contudo, é preciso observar que apenas grupos que tenham poder suficiente para pressionar as autoridades nacionais são considerados, no momento de aplicar uma medida antidumping. Dessa forma, o que se prospecta defender é de interesse privado, e não do todo. Referente a isso, Tomazette afirma:

Move-se o aparato estatal para impor uma medida que não interessa a toda comunidade, mas apenas a um grupo específico que demonstrou ter poder suficiente para pressionar as autoridades nacionais. [...] Mesmo quando se insere a cláusula de defesa de interesse público, pela qual as medidas só serão aplicadas quando houver um interesse público que justifique tal aplicação, é certo que são os interesses privados que prevalecem. (TOMAZETTE, 2007 p. 218)

Nesse sentido, a utilização das medidas antidumping podem significar um meio de intervenção no mercado que pode modificar as condições de atuação normal dos competidores. Tomazette destaca que, nem sempre essa modificação é benéfica ou desejável, já que existe a necessidade de atuação livre dos concorrentes a fim de alcançar resultados positivos de concorrência e bem-estar da comunidade no geral. Ressaltando ainda, que o processo de integração econômica no comércio internacional, pode ser protegido por medidas como as de salvaguardas e subsídios a fim de combater práticas desleais, que não permitem a interdependência das relações e liberalização do comércio internacional. (BARRAL, 2000)

5.5 ALTERNATIVAS ÀS MEDIDAS ANTIDUMPING

Neste capítulo serão abordadas as possíveis alternativas às medidas antidumping, para defesa de práticas desleais no comércio internacional. Como apresentado até aqui, a utilização incorreta do direito antidumping pode trazer efeitos adversos. Para isso, além da cláusula do interesse público e da regra do menor direito, estudiosos elencam outros meios a fim de evitar o uso abusivo das medidas antidumping. Estes são, o aumento da utilização de medidas de salvaguarda, substituição ou inserção de regras e princípios do direito antitruste na legislação antidumping, e a reforma completa do AAD.

Nesse sentido, a utilização de medidas de salvaguardas é considerada preferível do ponto de vista econômico, pois, prospecta proteger a indústria nacional de um exacerbado aumento de importações de um determinado produto. Através desse mecanismo, é concedido para a indústria nacional um período extra de proteção tarifária, onde a mesma tem a possibilidade de adaptação à concorrência do produto importado. Entende-se a utilização das medidas de salvaguarda como um meio de contornar uma situação de caráter emergencial, o que faz com que esta não seja definitiva. Dessa forma, o seu uso é mais recomendado pois não são medidas de caráter eletivo, além de estabelecer um plano de recuperação da indústria nacional. (ARRUDA, 2005)

Ainda, outro ponto a destacar é o fato de as medidas de salvaguardas não serem seletivas, para sua aplicação é determinado um processo investigatório mais rigoroso do que o estabelecido por medidas antidumping. (CALLIARI; BERENHOLC; RESEK; 2004)

Quanto a investigação, o artigo 3 do Acordo sobre Salvaguardas, prevê:

1. Um Membro só poderá aplicar uma medida de salvaguarda após investigação conduzida por suas autoridades competentes de conformidade com procedimentos previamente estabelecidos e tornados públicos nos termos do Artigo X do GATT 1994. Tal investigação compreenderá a publicação de um aviso destinado a informar razoavelmente todas as partes interessadas, assim como audiências públicas ou outros meios idôneos pelos quais os importadores os exportadores e outras partes interessadas possam apresentar provas e expor suas razões, e ter ainda a oportunidade de responder a argumentação das outras partes e apresentar suas opiniões, inclusive, entre outras coisas, sobre se a aplicação da medida de salvaguarda seria ou não do interesse público.

2. Toda informação que, por sua natureza, seja confidencial ou que tenha sido fornecida com caráter confidencial, será, após a devida justificação, tratada como tal pelas autoridades competentes. Tal informação não será revelada sem autorização por parte de quem a tenha apresentado. Poder-se-á solicitar às partes responsáveis pela apresentação de informação confidencial que forneçam resumos não-confidenciais da mesma ou, se aquelas partes indicarem que tal informação não pode ser resumida, que exponham as razões pelas quais um resumo não pode ser apresentado. Todavia, se as autoridades competentes concluírem que uma solicitação para que se considere uma informação como confidencial não se justifica, e se a parte interessada não deseja torná-la pública nem autorizar sua divulgação em termos gerais ou resumidos, as autoridades poderão desconsiderar a informação em tela, a menos que lhes seja satisfatoriamente demonstrado, por fontes apropriadas, que a informação é correta. (Acordo Sobre Salvaguardas do GATT, 1994, p. 274)

Em suma, as medidas de salvaguardas são preferíveis devido à sua capacidade de oferecer uma resposta mais ampla aos desafios enfrentados no comércio internacional, especialmente quando o aumento nas importações não está necessariamente ligado a práticas de dumping predatório. Como explica Barral, a argumentação mais utilizada para aplicação de uma medida antidumping é explicada através da intenção predatória do produtor estrangeiro.

[...] Pode-se visualizar que a aplicação de medidas antidumping será, em tese, justificável se se referir ao dumping predatório. Entretanto, a possibilidade de que tal conduta ocorra é de difícil materialização na prática, em razão das diversas condições necessárias aos mercados envolvidos, para possibilitar a arrecadação futura de preços monopolistas. (BARRAL, 2000, p.20)

Além disso, sua verificação de dano é mais rigorosa do que o dano estabelecido por uma investigação antidumping. Conforme dispõe nos termos do artigo 4.1 a) entenderá por “prejuízo grave” a deterioração geral significativa da situação de uma indústria nacional. E b) entenderá por “ameaça de prejuízo grave” o prejuízo que esteja respaldado não apenas em suposições ou possibilidades remotas, mas, esteja baseado em fatos. Ademais, o Acordo sobre Salvaguardas, em seu artigo 8.1 dispõe que, a fim de alcançar o objetivo da medida, os membros devem negociar uma maneira de compensação comercial pelos efeitos adversos causados por ela, sobre o seu comércio. (ACORDO SOBRE SALVAGUARDAS, 1994)

Sobre o direito antitruste, este envolve a proteção da concorrência, e sob o aspecto dos defensores da substituição do direito antidumping pelas leis antitruste, se sustenta a tese de que a análise concorrencial tem menos caráter protecionista do que

uma análise que considera os efeitos gerados pelo dumping à indústria doméstica. Finger, no entanto, aponta a impossibilidade de se agregar princípios da lei antitruste às leis antidumping, dado o caráter extremamente protecionista das medidas antidumping. (FINGER, 1993)

Ainda, quanto às exigências do direito antitruste voltadas à dominação de mercado, estas dificultam a sua utilização como instrumento de defesa comercial contra importações. (BARRAL, 2000)

Para revisão do AAD, sustenta-se o argumento de busca pela eliminação da linguagem ambígua do acordo, a fim de evitar o seu uso de maneira indevida e discricionária. Além disso, convém que seja considerada a disponibilidade de instrumentos tais quais, regimes nacionais mais sólidos e políticas de concorrência. De maneira a administrar a utilização do direito antidumping, Finger também menciona que, os Estados membros devem esforçar-se em alterar suas legislações nacionais a partir da consideração dos efeitos negativos gerados aos consumidores e usuários dos produtos objetos de medidas antidumping. Quanto a isso, o Brasil avançou em estabelecer a utilização da regra do menor direito e o uso da cláusula do interesse público. (FINGER, 1993)

Por fim, o autor Barral, demonstra a opção relacionada aos processos de integração que dispõe de: a) adoção de uma norma supranacional, que possa ser aplicada em todo o bloco; b) um sistema de convergência legislativa; c) a manutenção das legislações nacionais; d) manutenção das leis nacionais, e a disponibilidade de recurso à arbitragem binacional; e) exclusão das medidas antidumping, com aplicabilidade extraterritorial das normas antitruste nacionais; f) a eliminação mútua da aplicação do direito antidumping para os Estados-Membros; e g) divisão da competência entre autoridades nacionais e uma autoridade comum para aplicação dessas medidas. (BARRAL, 2000)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas antidumping, desde o GATT 1947 foram estabelecidas como uma exceção para o livre comércio, a fim de proteger a indústria nacional do dano causado pela discriminação internacional de preços. Por se tratar de uma exceção, tal medida somente deveria ser aplicada em casos que fosse apresentando além da prática de dumping, dano à indústria doméstica, e nexos causal entre dumping e dano.

Entretanto, observou-se ao longo deste trabalho, a utilização das medidas antidumping por um meio protecionista, que visa não somente à proteção da indústria doméstica, mas, a criação de uma barreira a entrada de concorrência estrangeira em seu mercado.

Como visto, no Brasil, somente em 1987 que foi ratificado o Código Antidumping, e em 1988 foram iniciadas as primeiras investigações antidumping no país. O aumento na abertura das investigações e aplicação das medidas antidumping ocorreu em 2008, pautadas na necessidade e pressão em proteger a indústria nacional no momento de crise mundial que o sistema internacional enfrentava. No país, percebeu-se a demasiada imposição do direito antidumping sobre bens intermediários, o que pode gerar impacto negativo às empresas que utilizam destes produtos como insumo e conseqüentemente ao consumidor. Ainda, de acordo com as circulares da SECEX de 2021 a 2022, sobre a oferta da produção nacional, evidencia-se a concentração da produção, onde, a maioria dos produtos investigados detém a quantidade de um a três produtores nacionais. Dado que no Brasil, não é considerado ilegal o ato de uma empresa utilizar-se da aplicação de medidas antidumping para defender-se da concorrência das importações. A proteção excessiva de mercados concentrados é negativa, pois acomoda a indústria doméstica em seus parâmetros de produção que muitas vezes se mostram ineficientes e onerosos, gerando um ciclo de aproveitamento e altos preços ofertados, devido à falta de concorrência no mercado, desfavorecendo assim, a cadeia produtiva e economia como um todo.

O Decreto nº 8.058/13 responsável pela regulamentação do processo de investigação e aplicação de medidas antidumping, apresenta alguns pontos de discricionariedade que permitem a utilização da medida com caráter mais protecionista. Sendo eles, a utilização da "melhor informação possível", onde, o direito antidumping fica à deriva da percepção da autoridade investigadora, que poderá exercer sua

atuação de forma protecionista ou não. Também a possibilidade da revisão da medida antidumping ao final do seu período de vigência, pode ocasionar a prorrogação constante mesmo que já tenha sido sanado o dano.

Mesmo com os pontos discricionários apontados, o Brasil demonstrou avançar unilateralmente ao incluir a cláusula do interesse público e a regra do menor direito em sua legislação. Sobre o interesse público, o estabelecimento do GTIP foi fundamental para determinação de um balanço ao considerar o que de fato o Estado pretende proteger, a indústria nacional ou a concorrência. Ao apurar somente os impactos da aplicação da medida antidumping para a indústria nacional, a possibilidade de a medida obter caráter protecionista é maior, do que quando a mesma observa os impactos gerados às empresas consumidoras do produto como insumo, e ao consumidor direto.

Portanto o estabelecimento do roteiro do GTIP ao analisar a determinação do interesse público avançou ao considerar outros efeitos além do dano à indústria nacional propriamente dito. Este meio de análise é importante para evitar a utilização do direito antidumping como forma de proteção a indústrias ineficientes e monopólios. E assim, beneficiar e incentivar o fortalecimento da indústria nacional e o desenvolvimento econômico como um todo. Contudo, as alterações impostas entre 2019 e 2023 demonstram o retrocesso, ao tornar facultativa a imposição do interesse público e não garantir a autonomia a uma autoridade independente. Como apresentando na tabela 4, apenas 3 suspensões ou alterações por interesse público encontram-se em vigor, o que demonstra o caráter protecionista e conservador da aplicação do direito antidumping no país.

Nesse sentido, algumas alternativas a aplicação das medidas antidumping ainda são debatidas, como a maior utilização de medidas de salvaguardas, aplicação de princípios do direito antitruste na legislação antidumping, e a revisão completa do AAD a fim de sanar as ambiguidades presentes no mesmo. Contudo, a utilização destas alternativas depende das autoridades administrativas das legislações nacionais e dos Estados Membros do AAD, que em sua maioria não demonstram interesse em abandonar seu viés protecionista.

Diante deste cenário, para que a proteção da indústria nacional através das medidas antidumping seja positiva, deve haver a verificação da disponibilidade de produtos iguais ou substitutos de origens não investigadas, além, da investigação do

fluxo de importação destes produtos antes e após o período de alegação de dumping. A observância dos impactos da imposição do direito antidumping no ambiente concorrencial, observando o seu grau de concentração e relevância, a fim de se verificar a possibilidade de utilização do exercício de poder de mercado. Também, analisar o histórico das empresas peticionárias em investigações antitruste. Ainda, observar a cadeia produtiva e seu grau de integração, para que seja levantada a influência da medida antidumping sobre o processo produtivo de indústrias *upstream*, e o repasse de custos ao consumidor final. Além de estudar os impactos na acessibilidade dos consumidores a insumos e tecnologias, bem como os efeitos líquidos da medida antidumping para o bem-estar do consumidor.

Dessa forma, o presente trabalho destaca a indispensabilidade, da aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento da indústria nacional, bem como a instituição de um regime bifurcado, onde a autoridade responsável pela análise e imposição do interesse público seja autônoma e exclusiva, além da obrigatoriedade de sua aplicação. Considerando assim, a cláusula do interesse público na legislação brasileira, como uma ferramenta fundamental na determinação de medidas antidumping, dado o seu caráter de alternativa à possíveis aplicações de viés protecionista. A fim de que, a utilização do direito antidumping não seja efetuado de maneira a proteger indústrias ineficientes e não competitivas, que provocam efeitos negativos ao desenvolvimento da indústria nacional, ao consumidor e a economia no geral. E, estabeleça-se proteção efetiva contra as práticas desleais do comércio, ao evitar as restrições de importações em cenários nos quais a indústria doméstica é capaz de enfrentar a concorrência estrangeira.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Aradna. **The WTO Anti-dumping agreement: possible reform through the inclusion of a public interest clause**. Indian Council Research on International Economic Relations, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o Multilateralismo Econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

ARAUJO, José Tavares de. **Anatomia da Proteção Antidumping no Brasil**. In: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Cindes, Texto 45, 2017.

ARRUDA, Gustavo Fávaro. **Entendendo o dumping e o direito antidumping**., São Paulo: Revista do IBRAC, Volume 12, número 6, 2005.

BARFIELD, Claude. **Anti-dumping reform: time to go back to basics**. World Economy, vol. 28, issue 5, may/2005.

BARRAL, Welber. **Protecionismo e neoprotecionismo no comércio internacional**. In: _____. (org) O Brasil e o protecionismo. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

_____. **Dumping e o comércio internacional: a regulamentação antidumping após a Rodada Uruguai**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. Medidas Antidumping. In: _____ (org) **O Brasil e a OMC**. 2ed. Curitiba: Juruá, 2004.

BARROS, Maria Carolina Mendonça de. **Antidumping e protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e a Economia Global**, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.

BRASIL. Decreto nº 8.058 de 26 de julho de 2013. Brasília: Congresso Nacional, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8058.htm. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

_____. Portaria SECEX nº 237, de 7 de março de 2023. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços/Secretaria de Comércio Exterior, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-secex-n-237-de-7-de-marco-de-2023-468455518>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

CALIANI, Giulio. JÚNIOR, Sérgio Kannebley. **Os efeitos das medidas anti-dumping do Brasil sobre suas importações**. In: IPEA, pesquisa e planejamento econômico. ppe. v.51 2021.

CALLIARI, Procópio Marcelo; BERENHOLC, Mauro; RESEK, Francisco José de Castro. **Práticas desleais no comércio internacional** – defesa comercial. In: AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do. *Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais*. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

CRUZ, Tatiana Lins. **O uso de medidas antidumping como mecanismo de barreira à entrada no mercado brasileira**. 2014. Dissertação de mestrado em Direito - Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito.

FERREIRA, Jurandir Gonçalves. **As ações antidumping no Brasil e seus efeitos nas importações**. 2014. Dissertação de mestrado em Economia - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Dep. De Economia.

FINGER, J. Michael. **Antidumping: how it Works and who gets hurts**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1993.

FIRME, Vinicius de Azevedo Couto; VASCONCELOS, Cláudio Roberto Fóffano, **Evolução no Uso do Mecanismo Antidumping após a Rodada Uruguai**. Td. 008/2014 Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – FE/UFJF. Juiz de Fora.

HESS, Felipe. **Interesse público e a aplicação de medidas antidumping no Brasil**. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Ano XXVII, nº114, 2013.

IPEA. **Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços**. Como colocar o Comércio Global a Serviço da População. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3095/15/Livro_cap.%2013.%20Acordo%20geral%20sobre%20o%20com%C3%A9rcio%20de%20servi%C3%A7os.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

IPEA. **Interesse Público: Implicações para a Política Antidumping no Brasil**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9528/1/INteresse%20p%C3%bablico_implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20pol%C3%adtica%20antidumping%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

KRUGMAN; OBSTEFELD, **Economia internacional: teoria e política**. 6 Ed. Editora: Pearson Education, 2007.

MACERA, Andrea Pereira. **A interação entre antitruste e antidumping: problema ou solução?** Brasília: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Documento de Trabalho 36, 2006

_____. **Interesse público e defesa comercial: considerações gerais**. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Ano XXVII, nº114, 2013.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

MELO, J. de; NICITA, A. **Non-tariff measures: data and quantitative tools of analysis**. In: MELO, J. de; NICITA, A (Ed.). Non-tariff measures: economic assessment and policy options for development. 1 st ed. Genebra: Unctad, 2018.

NOGUEIRA, Saulo P.L. **Como derrubar as Barreiras Internacionais de Comércio**. São Paulo, 2005.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Defesa da concorrência e globalização econômica: o controle da concentração de empresas**. São Paulo: Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A ordem Econômico-Comercial Internacional: **Uma Análise da Evolução do Sistema Multilateral de Comércio e da Participação da Diplomacia Econômica Brasileira no Cenário Mundial**. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado, THORSTENSEN, Vera. **Multilateralismo Comercial em Xeque: Que Regulação do Comércio Internacional no Século XXI?** 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC. Agreement on Implementation of Article VI of the General Agreement on Tariffs and Trade 1994. WTO legal texts, Genebra, 1994^a. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/19-adp.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

_____. Antidumping Measures. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/adp_e/adp_info_e.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

_____. Agreement of Safeguards. WTO legal texts, Genebra, 1994c. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/25-safeg.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

_____. General Agreement on Tariffs and Trade 1994. WTO legal texts, Genebra, 1994d. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/ai17_e/gatt1994_e.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

SCHMIDT, Cristiane Alkimin Junqueira; SOUZA, Isabel, Ramos de; LIMA, Marcos André de. **Comércio e Competição**. Brasília: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Documento de Trabalho N°14. Abril de 2002.

THORSTENSEN, Vera. **A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais**. 1998, p.1.

_____. JANK, Marcos S. **O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional**. São Paulo, 2005.

_____. **OMC – Organização Mundial do Comércio**: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TOMAZETTE, Marlon. **A necessidade de regulamentação multilateral do comércio internacional: protecionismo x liberalização**. Brasília 2010

_____. **As medidas antidumping e o comércio internacional**. Brasília, 2007. 268 f. Dissertação – Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília.

VALLS, Lia. **Histórico da Rodada Uruguai do GATT**, 1997.

VINER, Jacob. **Dumping: a problem in international trade**. Chicago: University of Chicago Press, 1923

VOON, Tania S. **Eliminating Trade Remedies from the WTO: Lessons from Regional Trade Agreements**. *International & Comparative Law Quarterly*, v. 59, n. 3, 2010.